



CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS

FACULDADE DE INHUMAS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÉSSICA DE PAULA VIANA

STEFFANY DAVIELLE RODRIGUES SOARES

**A NECESSIDADE DO EMPREGADO FRENTE À EXPLORAÇÃO DA
MAIS-VALIA DE MARX**

**INHUMAS, GO
2016**

JÉSSICA DE PAULA VIANA
STEFFANY DAVIELLE RODRIGUES SOARES

**A NECESSIDADE DO EMPREGADO FRENTE À EXPLORAÇÃO DA
MAIS-VALIA DE MARX**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Professor orientador: Esp. Anadir Dias Corrêa Júnior.

INHUMAS, GO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA FACMAIS

V614n

VIANA, Jéssica de Paula

A necessidade do empregado frente à exploração da mais-valia de Marx /
Jéssica de Paula Viana; Steffany Davielle Rodrigues Soares. Inhumas, 2016.
61 f.: il.

Orientador: Prof. Esp. Anadir Dias Corrêa Júnior.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro de Educação
Superior de Inhumas - FacMais, 2016.

Inclui bibliografia.

1.Capital. 2. Capitalistas. 3. Trabalho. 4. Trabalhadores. 5. Exploração. 6.
Mais-Valia. I. Título.

CDU:330.3

JÉSSICA DE PAULA VIANA
STEFFANY DAVIELLE RODRIGUES SOARES

**A NECESSIDADE DO EMPREGADO FRENTE À EXPLORAÇÃO DA MAIS-VALIA
DE MARX**

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Inhumas, 10 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Anadir DiasCorrêa Junior – FacMais
(Orientador e presidente)

Prof. Esp. Raulison Alves Resende – FacMais
(Membro)

Prof. Esp. Marsio Antônio Ribeiro – FacMais
(Membro)

Este trabalho é dedicado aos nossos pais e orientadores, incentivadores pela busca do conhecimento.

Agradecemos primeiramente a Deus que nos concedeu força e sabedoria para a execução e finalização desse trabalho.

Ao nosso orientador, Prof. Es. Anadir, pelo incentivo e orientação nesta pesquisa.

Ao nosso Prof. Esp. Marsio, pela ajuda e colaboração para a realização desse trabalho.

E, aos nossos familiares e amigos, companheiros de jornada.

“Todo o segredo do poder que tem o capital de procriar se estriba no fato de que dispõe de certa quantidade de trabalho de outro, que não paga.”

Karl Marx

RESUMO

A economia, as formas de comercialização, o trabalho em seu âmbito geral e a sociedade passam diariamente por constantes modificações. Essas evoluções sempre acabam beneficiando capitalistas e não trabalhadores, que desde os primórdios são subordinados aos seus patrões. Também de acordo com essas mudanças, o emprego e, conseqüentemente a vida humana torna-se mais difícil, principalmente para as pessoas de renda inferior, cujo único bem é sua força de trabalho, tendo através da venda dela a obtenção do capital para suprir as suas necessidades e da sua família, sendo este somente o suficiente para a sua sobrevivência. Essa é a realidade que o dinheiro proporciona, pois sem ele não se pode comprar nada. O presente trabalho mostra a liderança das classes altas, tanto na sociedade quanto na economia e a exploração da mais-valia pelos capitalistas, que visam apenas o lucro. Este estudo, que se propõe a discutir sobre a necessidade do trabalhador e a exploração da mais-valia, tende a mostrar o quanto os trabalhadores (classes mais baixas) são explorados e desmotivados e o quanto os empregadores são injustos e egoístas.

Palavras-chave: Capital. Capitalistas. Trabalho. Trabalhadores. Exploração. Mais-Valia.

ABSTRACT

The economy, the forms of commercialization, the work in its general scope and the society passes daily by constant modifications. These evolutions always end up benefiting capitalists and not workers, who since the beginnings are subordinated to their bosses. Also according to these changes, the job and consequently human life becomes more difficult, especially for lower-income people whose only asset is their workforce, having through the sale of it the obtaining of the capital to supply his needs and of his family, being this only enough for his survival. This is the reality that money provides, because without it you cannot buy anything. The present work shows the leadership of the upper classes, both in society and in economy, and the exploitation of surplus value by the capitalists, who aim only for profit. This study, which proposes to discuss the need of the worker and the exploitation of surplus value, tends to show how the workers (lower classes) are exploited and unmotivated and how unjust and selfish employers are.

Keywords: Capital. Capitalists. Job. Workers. Exploration. Surplus-value.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 HISTÓRIA DO CAPITALISMO	12
1.1 DEFINIÇÃO DE CAPITALISMO.....	12
1.2 O MERCANTILISMO	12
1.3 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CAPITALISMO	17
1.4 CAPITALISMO INDUSTRIAL: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	23
1.5 CAPITALISMO FINANCEIRO OU MONOPOLISTA	27
2 A CRISE E O DESEMPREGO	28
2.1 A CRISE DE 1929.....	28
2.2 A CRISE DO MERCADO ASIÁTICO.....	31
2.3 A CRISE GLOBAL DE 2008.....	34
2.4 REFLEXOS DA CRISE NO BRASIL	38
3 A MAIS-VALIA	46
3.1 CONCEITO DE MAIS-VALIA	46
3.2 A MAIS-VALIA ABSOLUTA	46
3.3 A MAIS-VALIA RELATIVA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho científico se propõe a analisar a relação entre as necessidades humanas e a exploração da mais-valia pelo patrão, assim como a relação, quase rotineira, no liame empregado *versus* empregador.

A necessidade do empregado frente à exploração da mais-valia é o tema principal dessa pesquisa, que irá analisar a produtividade do trabalho que se torna mais favorável ao patrão. Assim, objetivando uma melhor compreensão do tema, para a problematização do objeto pesquisado foram elaboradas as seguintes indagações: qual a definição de trabalho? como surgiu a palavra salário? qual a diferença entre empregador e empregado? o que é Capitalismo? e, o que é a mais-valia de Karl Marx?

Abordando a exploração do trabalho para manutenção do regime da produção capitalista (onde os valores de uso e de troca são considerados como objetos, que servem para satisfazer necessidades distintas) este trabalho científico contribui para a construção do conhecimento geral e acadêmico, estando esse tema diretamente relacionado à sociedade e a economia estabelecendo assim uma conexão com a atual fase econômica mundial.

Baseando-se em autores como BEAUD (1987), BRUM (1999), GAZIER (2013), KRUGMAN (2009) e LACERDA (ET. AL. 2005), este tema tem como intuito enfatizar os direitos dos trabalhadores e as suas relações de trabalho. A analogia entre a necessidade do trabalho e a mais-valia, terá como suporte teórico autores como MARX (2012), RUSSOMANO (2012) e WONNACOTT, WONNACOTT (1994), entre outros.

O objetivo geral foi o de relatar os problemas encontrados entre o empregador e o empregado, em relação ao capital a partir do início do século XVIII na Segunda fase do Capitalismo Industrial, fase está caracterizada por máquinas substituindo a mão de obra dos trabalhadores, aumentando assim, a margem de lucro dos empresários e também as taxas de desemprego, bem como a exploração exacerbada da mão de obra. Desde então os trabalhadores começaram a sofrer todas as mazelas dessa exploração, que encontrou na necessidade dos trabalhadores o seu êxito uma vez que, trabalhadores se viram obrigados a se submeter a mais horas de trabalho por menores salários.

Nessa perspectiva a pesquisa foi organizada em três capítulos, que se complementam no intuito de se apresentar uma compreensão abrangente e aprofundada da temática investigada.

No primeiro capítulo, apresentar-se-á um panorama da História do Sistema Capitalista. Por seguinte, no segundo capítulo, será apresentada uma discussão sobre A Crise e o Desemprego, por fim, no terceiro capítulo discutiremos sobre os conceitos da mais-valia e suas distinções, relativa e absoluta.

Veremos que, apesar de todas as mudanças nos direitos trabalhistas com intuito de dar aos empregados alguma vantagem, o empregador ainda se sobressai nesta relação. Por razões de necessidade, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário, que não representa, de maneira totalitária a sua produtividade, fazendo com que o trabalho excedente da produção fique como lucro para os donos dos meios de produção.

1 HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Este capítulo objetiva analisar a história do capitalismo. Para tal, ele foi dividido em quatro partes. Na primeira parte serão apresentados os conceitos de capital e capitalismo, na segunda parte falaremos sobre o mercantilismo, na terceira parte será apresentada uma breve retrospectiva histórica do capitalismo e por fim na quarta parte será apresentado o capitalismo industrial.

1.1 DEFINIÇÃO DE CAPITALISMO

O Capitalismo é um sistema econômico, movimentado pelos capitalistas através do giro de mercadorias e o do capital, pela demanda dos meios de produção e distribuição na busca de lucratividade.

Segundo Beaud (1981) o Capitalismo é o sistema sócio econômico em que fábricas, máquinas, edifícios, terras e o dinheiro são de propriedade privada, ou seja, elas têm um proprietário. Surgindo na Europa, o capitalismo foi ganhando forma e caracterizou-se na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, na transição da vida econômica e social dos feudos para a cidade. Nesta época os senhores feudais começaram a arrendar suas terras e o trabalho passou a ser pago.

1.2 O MERCANTILISMO

Caracterizado pelas práticas econômicas e comerciais, o mercantilismo, que é considerado a primeira fase do capitalismo, marca a fase de intervenção do poder do Estado sobre a economia.

O Capitalismo Comercial ou Mercantil firmou-se nos séculos XV e XVIII, ele visava o conjunto de práticas econômicas na Europa, considerando a riqueza do Estado a partir da quantia de capital que teria em seus cofres (LACERDA, 2005).

Esse período mercantil trouxe a transformação do valor da força de trabalho em salário, ou seja, o salário do trabalhador é a troca de certa quantidade de dinheiro por certa quantidade de trabalho, classificando então o trabalho como uma mercadoria, cujos preços oscilam, podendo aumentar ou diminuir o seu valor (MARX) (1818-1883).

“Quem no mercado se apresenta diretamente ao capitalista não é o trabalho, mas sim o trabalhador. O que este vende é o seu próprio ser, a sua força de trabalho”.

Desde o momento em que um trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, “esse trabalho deixou de pertencer-lhe, não podendo ser vendido por ele” (MARX,2012, p.164).

E na medida em que os trabalhadores empenhavam suas forças para a realização do trabalho, os capitalistas lucravam sobre elas. Para os capitalistas a para a obtenção de lucro, as mercadorias, as benfeitorias, a exploração da força de trabalho do funcionário, ou seja, os donos do capital visavam lucro sobre tudo que conseguiam, das vendas de suas mercadorias a tudo que era produzido pela mão de obra do assalariado.

Com a exploração do trabalho humano e com a lucratividade de tudo o que vendiam ou trocavam, os capitalistas passaram a multiplicar o seu dinheiro, acumulando riquezas, se tornando mais ricos e conseqüentemente poderosos. As pessoas que tinham riquezas, ouro e prata eram consideradas ilustres e se destacavam no meio da sociedade. Pode se concluir que o dinheiro proporcionava esse poder, pois tendo-o em grandes quantidades, o indivíduo poderia ter praticamente tudo o que quisesse. Como fruto dessa dinâmica foi se estabelecendo as classes de acordo com o poder que tinham perante a sociedade, ou seja, de acordo com a quantidade de riquezas acumuladas que cada um possuía.

Para todos os países inclusive para a Europa na era do Capitalismo a busca pelas fontes de valor como os metais preciosos era incessante, até mesmo porque o mundo é capitalista e todas as coisas estão em favor do capital. Por esse motivo, um problema foi detectado: nos cofres da Europa os metais se tornaram insuficientes, ou seja, estavam em falta, fazendo com que a Europa ficasse desfavorecida diante dos outros países. Sendo extremamente necessário para a economia europeia que houvesse a acumulação desses metais preciosos, os europeus tiveram que ir a procura de riquezas. Desse modo, foram surgindo as novas práticas econômicas do mercantilismo, com o intuito de buscar novas fontes desses metais para abastecer os cofres europeus.

Para se chegar à acumulação do capital é necessário que o capitalista consiga vender as suas mercadorias e volte a transformar em capital a maior parte do dinheiro dessa forma obtido; é necessário que o capital tenha circulado com regularidade, e suponhamos que assim tenha sido, com efeito (MARX, 2012, p.175).

Com a falta de capital para atender todas as demandas do comércio, os europeus buscaram uma saída e a única encontrada foi a de juntar metais preciosos através da comercialização de mercadorias, ou seja, através do lucro obtido com a venda das mesmas (LACERDA *et al.*, 2005). Assim, o mercantilismo foi ganhando novas características com o passar do tempo.

Entre as principais características do capitalismo comercial houve a criação e o uso da moeda. Com ela, ao invés de haver a troca de produtos, as mercadorias começaram a ser comercializadas através de moedas que eram feitas dos metais como o ouro e a prata. Logo após também foram desenvolvidas atividades agrícolas e artesanais, tornando os níveis de produtividade maiores. Com essas novas práticas, foram surgindo novos tipos de trabalho nessa área, o que impulsionou o aumento da contratação de trabalhadores para desempenhar esses papéis.

Nesse contexto, da mesma forma que antes, os donos de capital eram quem o possuía e, portanto, compravam e contratavam a mão de obra necessária para desenvolvimento das atividades. A mão de obra era extremamente necessária. Na agricultura, uma vez que o dono possui terras férteis para o plantio, a mão de obra de trabalhadores era exigida em todas as outras etapas como: preparação da terra, plantio de sementes, cuidados com a plantação e enfim a colheita.

Assim, as atividades artesanais, como na agricultura, necessitavam de mão de obra humana, requerendo ainda um pouco mais de habilidade e cuidado para ser produzida. Com o surgimento dessas atividades a produtividade aumentou e conseqüentemente houve um fortalecimento do comércio.

A política aplicada nesse tempo era a da intervenção econômica do Estado Moderno, ou seja, o Estado tinha o papel de intervir, de ajudar, de interceder, de dar suporte e auxílio em vários momentos (como no caso de crises, desenvolvimento, e assim por diante). Entre as ações da plataforma política estão às três medidas básicas do mercantilismo que são o metalismo, a balança favorável e o mercantilismo comercial e marítimo (LACERDA *et al.*, 2005).

A primeira delas, o metalismo, que tinha como característica principal o acúmulo de metais preciosos. Esse acúmulo ditava se o Estado poderia ser considerado uma potência, o Estado que não tinha muitas riquezas ou metais preciosos acumulados não tinha esse privilégio de ter o poder e muito menos de ser considerado influente e importante sobre todos os outros. Por isso havia, por parte dos Estados, uma preocupação em ter capital acumulado, quem não os tinha buscavam formas de

o ter.

A segunda medida do mercantilismo, a balança comercial favorável, é chamada assim por fazer com que o Estado exportasse mais mercadorias do que importasse, ou seja, a balança comercial favorável permite que o país compre menos e venda mais deixando assim, o seu saldo positivo. As vendas devem superar o valor das compras e das despesas para que não haja prejuízo e sim lucro para o Estado. A terceira e última medida, o mercantilismo comercial e marítimo, era baseado na disputa feita pelos Estados Nacionais europeus com o objetivo de acumular riquezas provenientes da comercialização de mercadorias feitas através de transportação marítima.

Como Lacerda *et al.*, (2005) afirma, a política econômica mercantilista apoiava o projeto do capitalismo comercial. Indicava a procura de superávit da balança comercial e do balanço de pagamentos, o comando da oferta das mercadorias para potencializar os lucros e a organização das Companhias de Comércio Monopolista, criavam tarifas, selos, leis e outras medidas para facilitar os negócios.

Em seguida surgiu o sistema de protecionismo, que funcionava como uma forma de proteção das atividades econômicas em relação à concorrência dos países estrangeiros, que dificultava as importações de mercadorias estrangeiras, cobrando impostos com valores altos sobre os produtos. De acordo com Beaud (1981), os privilégios e monopólios fizeram com que houvesse uma regulamentação e organização do controle das fábricas e proibiram as exportações de lã além de aumentarem as taxas sobre as importações dos tecidos holandeses e franceses.

Na zona rural, a população ainda era dominante. No meio dela as várias classes (alta, média, baixa e nobreza) conviviam e tinham suas riquezas obtidas e mantidas pelo trabalho de camponeses que lhes eram subordinados Beaud (1981).

Uma nova onda de *enclosures acts* (Leis dos Cercamentos) recaí sobre as classes baixas, os lavradores, camponeses e pobres fazendo com que os mesmos migrem do campo para cidade em busca de emprego e moradia. Essa lei consistia na privatização de terras que eram de uso comum dos camponeses, ou seja, as terras que eram abertas e de uso de todos foram compradas, cercadas e passaram a ser de uso privado. Por esse motivo começam novas revoltas camponesas no começo do século XVII. E com toda essa situação de descontentamento dos camponeses surge o primeiro declínio do rei, havendo assim um conflito entre os mesmos

Por minha fé! Essas enclosures serão nossa perda! Por causa delas pagamos arrendamentos cada vez mais pesados pelas nossas fazendas, e já não encontramos terras para cultivar. Tudo é tomado para as pastagens, para a criação de carneiros e gado: tanto assim que em sete anos eu vi, num raio de seis milhas em torno de mim, uma dúzia de charruas postas de lado; no mesmo lugar onde mais de quarenta pessoas tiravam seu sustento, agora um homem com seus rebanhos tem tudo só para ele. São esses carneiros que fazem nossa infelicidade. Eles escorraçaram deste país a agricultura, que até pouco tempo atrás nos fornecia todos os tipos de alimentos, ao passo que, presentemente, só há carneiros, carneiros e mais carneiros (BEAUD, 1981, p.42.)

Como no campo na cidade também havia exploração da mão de obra humana, pois a maior fonte de valor vem da força de trabalho, assim os donos do capital investiam seu dinheiro na compra da mesma para obter resultados positivos, sendo estes nomeados como lucros.

Simultaneamente, estende-se uma maneira de extorsão de valor, que é resultado do domínio indireto que os negociantes têm sobre os artesões (BEAUD, 1981). As reclamações mais frequentes, principalmente dos artesões de classe baixa, não eram quanto a sua liberdade e sim a busca de uma lei de regulamentação, que os defendesse da exploração do trabalho, que tivesse objetivo de aumentar o salário e diminuir o tempo de trabalho.

Os membros da burguesia dos negócios e dos bancos são constituídos pela a liberdade e a democracia. Então constitui se uma nova força social, aonde o peso aumenta e é subestimado pela monarquia. E com a queda do absolutismo não se idealiza manter um regime democrático embasado na votação universal. Diante aos benefícios que a burguesia extraiu da política mercantilista sucedida pela monarquia, ela conseguiu aplicar o ponto de suporte dos movimentos populares em combate ao absolutismo (BEAUD, 1981).

Temos de reconhecer um princípio, o de que todas as profissões, quaisquer que sejam numa região, trabalham umas para as outras, e se mantêm reciprocamente, não somente para o fornecimento de suas necessidades, mas também para sua própria existência. Ninguém compra o produto de seu vizinho, ou o fruto de seu trabalho, a não ser com uma condição rigorosa, embora tácita e não expressa: saber que o vendedor fará o mesmo com a do comprador, imediatamente, como acontece algumas vezes, ou através da circulação entre várias mãos ou profissões interpostas; o que vem a dar sempre no mesmo (...). Portanto, apenas a natureza, ou a Providência, pode fazer com que essa justiça seja observada, contanto, ainda uma vez, que mais ninguém se intrometa; e eis como ela chega a bom termo. Ela estabelece primeiramente uma necessidade igual de vender e de comprar em todos os tipos de transações, de forma que apenas o desejo do lucro seja a alma de todos os negócios, tanto para o vendedor como para o comprador; e é com a ajuda desse equilíbrio e dessa balança que um e outro são

igualmente forçados a lhe dar razão e a se submeterem (...). O descumprimento dessa lei, que deveria ser sagrada, é a primeira e a principal causa da miséria pública, visto que a observação dela é mais ignorada (BEAUD, 1981, p.60.)

1.3 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CAPITALISMO

O capital é tudo aquilo que têm uma importância ou valor, ou seja, ele é toda fonte de riqueza, patrimônio, dinheiro etc. É através dele que se caracteriza a força de trabalho, uma vez que as pessoas dão o seu trabalho em troca de um pagamento, buscando suprir suas necessidades com o recebimento do mesmo. A vida humana gira em torno do capital, sem ele nada pode ser comprado e nem vendido. Todas as coisas possuem um determinado preço e para adquiri-las é preciso pagar a quantidade pedida pela mercadoria, se assim não for nada se obtêm, nem mesmo alimento para a sobrevivência humana.

Segundo Coggiola (2014) o capital é a origem de tudo, ou seja, é o ponto chave da abordagem da sociedade humana e do seu trabalho. A riqueza ou o capital nada mais é do que a relação social específica da burguesia, na qual o valor que existe na sociedade valoriza-se de acordo com o uso da força de trabalho livre. Assim o trabalho concreto em relação à atividade humana é o elemento primordial para obtenção de dinheiro.

Antes de surgir o capitalismo tudo girava em torno dos senhores feudais, sendo estes os senhores de classe alta, que possuíam o poder, donos de terras, que exploravam e escravizavam a mão de obra humana. Com o passar do tempo tudo foi evoluindo, foram surgindo mudanças que modificaram o mundo e suas relações, como a migração das pessoas que moravam na zona rural para a zona urbana, a criação de novas técnicas de trabalho, invenções de novas ferramentas entre outras.

Com todas as mutações, o sistema feudal deixou de existir dando origem então a um novo sistema, o capitalismo, que tem como base primordial o capital. O capitalismo enquanto política e prática econômica surgiu e se consolidou realmente na era da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII (BRUM, 2002). Para Coggiola (2014), a relação fundamental do capitalismo é o trabalho assalariado e o capital.

Brum (2002), economista brasileiro, ao traçar a história do capitalismo, assinala algumas características importantes que merecem destaque como:

Propriedade privada dos meios de produção; Transformação da força de trabalho em mercadoria; Produção generalizada de mercadorias e concorrência entre os capitalistas. O sistema capitalista também pode ser caracterizado como um sistema econômico fundamentado na supremacia do capital sobre o trabalho. A inserção do sistema capitalista deu início a inúmeras injustiças, definidas por excessivas explorações da mão de obra operária e infantil, sem direito algum.

O capitalismo possui três vias que foram basicamente essenciais para a sua constituição, sendo elas: a via clássica, a via prussiana e a via colonial. Segundo, Lacerda *et al.* (2005), a via clássica é a forma de realizar a industrialização favorecendo-se dos ganhos da era colonial, os países líderes do capitalismo construíram seu desenvolvimento por esta via.

A via prussiana foi seguida no século XIX pelos países de industrialização retardatária e marcada pela ausência de processos democráticos de emancipação, esses países conquistaram a autonomia econômica. Ela também representou uma passagem do feudalismo para o Capitalismo (LACERDA *et al.*, 2005).

Os países de via colonial juntavam o atraso democrático ao econômico, esta via nasceu junto ao sistema dominado pelo capital, ou seja, o capitalismo. Entre o capitalismo de via prussiana e o de via colonial observam-se algumas semelhanças que de certa forma afastam-se da via clássica, fazendo com que os dois semelhantes fiquem no mesmo manto das formas não clássicas de transição para o capitalismo (LACERDA *et al.*, 2005).

O sistema capitalista também é conhecido como uma excelente capacidade criativa e destrutiva (BEAUD, 1981). A abundância de dinheiro dos empregadores está diretamente ligada ao trabalho e a exploração de seus funcionários. Os capitalistas, por sua vez, não se importam de usar da mais-valia para enriquecer, pois veem na força de trabalho um meio de obter mais capital, sendo este um investimento cujo fim deve ser obrigatoriamente o lucro. Como o lucro está diretamente ligado a força e a jornada de trabalho do empregado resta a este a submissão a esse sistema a fim da obtenção de seu pagamento.

Para entender a dinâmica do capitalismo é preciso saber que a origem de todos os bens de uso é o trabalho, a intervenção de sua apropriação é genitor do corpo social. Se pensarmos na sociedade feudal, ela era constituída no domínio do senhorio e se consolida na organização da produção (submissão, trabalho forçado) e sobrecarga de trabalho delegada aos servos, na qual o senhor feudal sempre leva

vantagem por ser o dono do capital e das terras. Na era do capitalismo a burguesia se apresentava como contrapeso à monarquia feudal, jogando um contra o outro na conquista de espaços políticos de acordo com cada avanço econômico (BEAUD, 1981).

Dentro da dinâmica capitalista, o proletariado (classes sociais mais baixas) sempre eram a maioria e os burgueses (classes sociais mais altas) a minoria, no entanto, ser a maioria não influenciava em nada uma vez que, mesmo os trabalhadores sendo a maioria nunca se destacavam, nunca enriqueciam e nunca chegavam à classe alta. A causa dessa falta de mudança nessa relação vem à tona quando entendemos que o valor pago pela mão de obra é sempre inferior ao que realmente deve ser, restando ao trabalhador não um salário justo, mas algo que resulte única e exclusivamente ao sustento de si e o de sua família. Dessa forma, não é dada ao proletariado a chance de acumular capital.

O sistema capitalista era formado por diversas classes sociais como as sociedades feudais, os reis, os guerreiros, a nobreza, o clero e finalmente os servos (a classe mais baixa). Mas a classe que realmente se destacava na sociedade era a burguesia (donos de riquezas e grandes propriedades). Já o proletariado (trabalhadores), era a maioria, mas não possuía nenhuma regalia nem mesmo destaque na sociedade, pois essa classe se tratava de pessoas humildes e submissas à burguesia.

Para Beaud (1981) foi através do processo de modificação que foram feitas algumas alterações, um exemplo são os serviços prestados pelos trabalhadores em troca de pagamentos em produtos ou dinheiro e ao mesmo tempo a retomada do comércio: feiras comerciais, reativação do artesanato, constituição da burguesia comerciante, etc. E nessa mesma transformação da ordem feudal que vai se iniciar a formação do capitalismo mercantil.

Nessa perspectiva cresce a “longa marcha” para o capitalismo, processo onde começa a composição da burguesia (mercantil e bancária) a razão do acontecimento nacional e a formação dos Estados modernos, o aumento das trocas, as novas práticas de produção e etc. A primeira etapa dessa caminhada é marcada pela conquista da América no século XVI e a segunda, pela evolução e afirmação da burguesia no século XVII (BEAUD, 1981). Dentro desse processo de evolução constante foram se estabelecendo atividades comerciais, bancárias e financeiras que foram se espalhando entre as repúblicas italianas, holandesas e inglesas e assim por

diante. As cruzadas ou Guerras Santas, por exemplo, proporcionaram a formação de grandes tesouros.

As invenções do mundo moderno melhoraram a vida das pessoas, trazendo mais facilidade, modernidade e rapidez nos processos de desenvolvimento. Os custos dessas inovações sempre foram altos e os benefícios nem sempre vinham. A segunda metade do século XV é marcada pela invenção da imprensa que gera um grande progresso da metalúrgica, com o emprego das quedas-d'água que tem a capacidade hidráulica para obtenção de energia elétrica.

Após esses acontecimentos começaram a fabricar os primeiros canhões e armas de fogo; E conseqüentemente resultou no melhoramento das construções das caravelas e das técnicas de navegação, permitindo assim o desencadeamento de novas rotas marítimas (BEAUD, 1981). Esses avanços e inovações proporcionaram rapidez e agilidade em todos os processos. A mão de obra começava a ser mecanizada, a produção aumentava a cada dia mais. As transformações a partir de então davam origens a novas mudanças.

A busca de metais preciosos, no entanto, nunca deixou de ser prioridade, ainda mais se esse estivesse escasso, afinal, como dito anteriormente tudo era movido através de riquezas e do poder que elas traziam. Sendo assim, todos os problemas que ocorriam deviam-se a falta de capital ou metais preciosos. Para Cortez, conquistador do México, o único remédio de tudo era o ouro. No ano de 1503 a primeira carga de metais vinha das Antilhas. Em 1519 no México inicia-se a pilhagem de dinheiro dos astecas e em 1534 a dos incas no Peru. A partir de então a busca era incessante por riquezas. Nos anos de 1521 e 1660, foram levadas da América para a Espanha dezoito mil toneladas de prata e duzentas mil de ouro, segundo os oficiais, como comentado por (BEAUD, 1981). Com tanto ouro a Espanha se tornou potência.

Na era do capitalismo a procura não era somente por metais, mas também por mercadorias que de fato eram consideradas como importantes ou essenciais e que conseqüentemente eram mais caras por ter grande procura e utilidade como: alguns temperos e iguarias que conservavam os alimentos e davam sabor nos mesmos, entre estes temperos em destaque está o sal, a pimenta, a cana que era transformada em açúcar e outros. O valor dos produtos era determinado pela necessidade que ele tinha, ou seja, quanto mais benefícios ele trazia maior era o seu preço.

De acordo com Beaud (1981), a América ao longo do tempo concebia várias fontes de riquezas para a Espanha como: a cana, que servia para fazer o açúcar e o rum, o comércio de escravos negros, a pilhagem e a extração de metais preciosos. Quanto mais abundante os metais preciosos, mais caros se tornaram. Desde então, na Europa Ocidental, entre o meio e o fim do século o trigo aumentou muito o preço, ou seja, passou a valer quatro vezes mais do que era. Na Espanha, nos séculos XVI e XVII, os preços do trigo multiplicaram por três e quatro vezes. E assim também aconteceu com a Itália, com a Inglaterra e com a França.

Enquanto o piso salarial aumentava lentamente, o preço dos produtos, alimentos e despesas aumentavam em uma escala maior. A vida para as classes subordinadas se tornava mais cara e mais difícil a cada dia. Dessa forma, os ricos se tornavam mais ricos, obtendo lucros das mercadorias vendidas e da exploração da força de trabalho dos assalariados, enquanto os trabalhadores estavam cada vez mais cansados da vida árdua de subordinação e exploração, não tendo perspectiva de melhora.

Com todo esse cenário montado e desfavorável aos trabalhadores, essa população de renda baixa se manifesta, buscando mudanças positivas que os beneficiem, uma vez que não podem aguentar a exploração, nem a não valorização dos seus serviços. Essa insatisfação das pessoas vem à tona, causando assim a exasperação das classes baixas. No entanto, apesar de todos os aborrecimentos, havia um ponto positivo para o comércio europeu que acabará de obter um grande avanço, causado pela afluência dos metais preciosos da América e pelo o progresso das produções (BEAUD, 1981).

O surgimento do capitalismo não alterou a população rural que continuava a ser dominante e a se dedicar as produções agrícolas. Várias pessoas migraram para a cidade, mais ainda a maior parte se encontrava na zona rural.

De acordo com Beaud (1981), no topo das classes sociais estão o clero, a nobreza e o Estado real que tomavam proveito em relação à prestação de serviço ou do dinheiro retirado da maioria dos camponeses, através das despesas deles. Formando desse modo à concentração de fortunas privadas de negociantes e de banqueiros. Então, se inicia a pilhagem da América que pode ser considerada como o novo. A pilhagem pode ser dividida em dois fluxos ligados: A pilhagem de riquezas concentradas e encontradas na extração de metais preciosos e na produção de obras

de arte e nova produção de custo (escravidão) nas minas de ouro e prata e na agricultura (BEAUD, 1981).

Nesse contexto, a grande parte da população estava vivendo na pobreza, seus salários não eram suficientes porque além de receberem pouco tudo estava caro, principalmente o alimento. O quadro de justiça e sobrecarga de trabalho era latente. Os nobres pensavam somente em si mesmos, viviam uma vida confortável e com abundância, enquanto muitos de seus servidores passavam por necessidades. Os trabalhadores viviam do seu trabalho na agricultura e se alimentavam de sopa e pão.

Logo, a nobreza possuía bastante capital para ter uma boa vida e manter todos os seus privilégios. Nos negócios em destaque aparecia as Províncias Unidas, onde o comércio era rápido e evoluído, a agricultura desenvolvida, a população feudal era escassa e a burguesia era forte (BEAUD, 1981).

Através da burguesia mercantil e bancária disposta a novas ideias, o capitalismo manufatureiro e mercantil percebeu um enorme progresso na Holanda, fixado em três resistentes pilares. O primeiro pilar era a parceria (holandesa) das índias orientais. Em 1602, seis câmaras de mercadorias se uniram e formaram a Companhia das Índias Orientais, apoiada por setenta e três diretores. A administração dos negócios, em geral, era firmada por um colégio dos dezessete eleitos pelas câmaras. Cada câmara estava encarregada pelo comércio, compras feitas nas Índias, sobre o montante de ouro a ser encaminhado e sobre a venda de mercadorias auferida (BEAUD, 1981).

O segundo pilar era fundamentado no banco de Amsterdã que foi criado após a acusação dos cambistas serem responsáveis pelo desordenamento monetário. A cidade de Amsterdã ao criar o banco dispôs um monopólio do câmbio, em 1609 O banco recolhia todos os depósitos a partir de trezentos florins. A sua proteção e segurança fez com que afluíssem até moedas ou lingotes do estrangeiro. Possibilitando oferecer aos comerciantes moedas de qualquer país, tornando a comercialização entre comerciantes do exterior mais acessível.

Segundo Beaud (1981), o terceiro pilar estava relacionado ao conjunto de navios. Os holandeses, como os ingleses, possuíam para o caminho das Índias navios consistentes e fortes sobrecarregados de armamentos. Para as rotas da Europa do Norte e Oeste, eles construíram navios leves, mas preparados para transportar cargas grandes e pesadas. Nesses barcos, os holandeses contratavam os estrangeiros para trabalhar em troca de um salário baixo. A tripulação era sujeitada a regras

extremamente rígidas. A Holanda através do avanço das atividades de transformação se torna assim uma potência mundial.

Assim, a burguesia capitalista, através dessas atividades de transformação e do seu capital, intensificou e estimulou o desenvolvimento do país, se tornando cada vez mais poderosa e dominadora.

1.4 CAPITALISMO INDUSTRIAL: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O século XVIII é marcado como século das luzes, da expansão da produção mercantil, agrícola e manufatureira de acordo com Beaud (1981). A era industrial trouxe diversas modernidades, avanços que contribuíram mutuamente para o melhoramento e desenvolvimento da produção. Vários foram os benefícios, principalmente para os capitalistas que expandiram seus negócios e empresas. Com as fábricas e máquinas, a produção se tornou mais rápida e melhor, produzindo muito mais que antes.

A Revolução Industrial representou o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo, que substituiu a força de trabalho humana pela força de máquinas, trazendo consigo muitas consequências no âmbito geral.

Com a nova fase de industrialização dos produtos e substituição da mão de obra humana pela mecânica o desemprego aumentou, afinal, se antes se precisava de 40 homens para realizar a produção de determinado produto, agora esse número era reduzido pela metade ou menos da metade. As evoluções contínuas permitiram que máquinas realizassem o trabalho antes feito pelo homem por máquinas que executavam o serviço com mais rapidez, precisão e perfeição.

A seleção dos trabalhadores era feita de acordo com o desempenho, capacidade e adaptação com as novas invenções. Os melhores, de acordo com esses quesitos estabelecidos, eram contratados e sujeitados a trabalhar durante longas jornadas ganhando salários irrisórios isso se acaso quisessem ficar empregados, essa era a condição estabelecida pelos capitalistas.

A Revolução Industrial acabou se mostrando desfavorável para a classe baixa. Para os operários, o capitalismo industrial não diminuiu o trabalho, nem mesmo aumento o salário pago a eles. Quanto mais se produzia, mais se vendia, mais se lucrava e assim mais dinheiro era acumulado e, como resultado, os capitalistas

tornavam-se mais ricos e poderosos. Em todo caso, para a classe de comerciantes esse movimento industrial foi de grande valia, em razão de que os mesmos passaram por um processo de evolução constante, e isso fez com que os lucros deles elevassem muito, como afirma (BEAUD, 1981).

As características principais que definem o capitalismo industrial são: surgimento de fábricas, criação de máquinas, descobertas de fontes de energia, mão de obra fabril, divisão do trabalho, produção voltada para a zona urbana etc.

A partir da inserção de máquinas nas fábricas os capitalistas passaram a dividir o trabalho por etapas de produção, a carga horária de trabalho aumentou com intuito de produzir mais, o salário continuou baixo não condizendo com que realmente era justo por direito, os trabalhadores produziam e não recebiam o que mereciam.

O capitalismo industrial diferentemente do capitalismo mercantil não tinha a interferência do Estado na economia. Como a produção aumentou a comercialização também expandiu e desse jeito começou a haver disputas entre países como a França e a Inglaterra. A concorrência então passou a ser acirrada contando com países que buscavam vender mais e produzir melhores produtos. Com o intuito de derrubar e competir, os mercadores e manufatureiros da Inglaterra pensaram em dar fim às expansões da França, como suscita (BEAUD, 1981).

Depois de dois séculos de transformações pode-se dividir a Revolução Industrial em três fases. A primeira fase iniciou-se na segunda metade do século XVIII durando até o século XIX. Ela marcou o começo da Revolução Industrial. Esta etapa estabeleceu desenvolvimentos tecnológicos significativos e dispôs de capital e de recursos naturais, tais como carvão e minério de ferro. Entre as principais características dessa primeira fase da Revolução Industrial estão, segundo Brum (2002), a invenção das máquinas e o emprego do vapor como força motora.

O produto mais fabricado nesta época era o tecido feito em máquinas de fiar e de tear mecânico. O tecido era feito para a fabricação de roupas, lençóis, cobertas, entre outros. A matéria-prima utilizada para a fabricação de tecido era o algodão que precisava passar por várias etapas até chegar ao produto final. Todas as máquinas funcionavam através da fonte de energia principal da época, o carvão cuja combustão originava o vapor (BRUM, 2002).

As invenções das máquinas deixaram os artesões em desvantagem uma vez que, o trabalho manual exigia tempo e mão de obra maior e conseqüentemente mais cara. As máquinas permitiam uma maior produtividade aliada a um custo menor. Para

a mão de obra humana, não restou mais do que saber operá-las e ordenar os comandos a serem feitos.

A mecanização e a fonte de energia ganharam espaço por todo o mundo e suas vantagens faziam brilhar os olhos. A energia não só dava ao mundo luz própria (eletricidade), mas, permitia o bom funcionamento das máquinas, máquinas estas que trabalhavam sem nunca se cansarem ou diminuírem a produtividade. Com o lucro dessas produções e comercializações foram feitas aquisições de mais máquinas e assim, conseqüentemente, foram feitas a contratação de mais funcionários assalariados. Alavancando, assim o surgimento das fábricas e indústrias, elencado por (BRUM, 2002).

Brum (2002) afirma ser o vapor, sem dúvidas, um grande avanço dentro desse contexto. Tornou-se essencial como fonte de energia tanto por sua velocidade, tanto por sua capacidade de carga. O carvão também ganhou *status* de combustível principal para a movimentação das fábricas e dos transportes.

A segunda fase da revolução industrial começou por meados de 1870, liderado pelos Estados Unidos da América. É nessa segunda Revolução que realmente encontramos os progressos que levaram os avanços técnicos, científicos e de trabalho que alavancaram o início da Primeira e Segunda Guerra Mundial (BRUM, 2002).

A Segunda Revolução Industrial aconteceu, principalmente, em países como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A fonte energética desse período era o petróleo, fonte de energia que substituiu o carvão por ser mais fácil de transportar e por ter diversos derivados. As invenções e os novos conhecimentos se integravam ao sistema produtivo e ao cotidiano da sociedade. Essa revolução teve como carro chefe os ramos químicos e metalúrgicos. Conseqüentemente, a energia mais usada nesse período era o petróleo e a eletricidade (BRUM, 2002). Países desenvolvidos ficavam com o papel de transportar a matéria-prima e os subdesenvolvidos exportavam.

A terceira Revolução Industrial começou a aparecer a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945. Essa fase, também liderada pelos Estados Unidos, era fundamentada na tecnologia de ponta. O novo conhecimento se mostrou imprescindível para as pessoas, que desenvolviam diversas formas de aprendizado, o que desencadeou, de acordo com (BRUM, 2002) a informática. Essa Revolução foi marcada pelas novas invenções e avanços demarcados pelos meios de

comunicação e transporte como: o telefone, o rádio, a televisão, a informática, os automóveis, os aviões etc.

Na medida em que foram surgindo todos esses aparelhos e meios de transporte, o mundo passava por um processo de globalização onde havia constantes transformações de ordem econômica. Os homens, usando essas criações a seu favor, fizeram delas um meio de obtenção de riquezas.

Os meios de comunicação e transporte facilitaram bastante a vida humana. O mundo se tornou acessível para quem os tinha. Através dos meios de comunicação, era possível saber tudo o que acontece em todo mundo além de poder se locomover de um lugar para outro em menos tempo. Obviamente, nem todas as pessoas podiam ter acesso a essas novidades, visto que tinham um alto custo de fabricação e manutenção, o que dificulta o acesso de todos a essas tecnologias. A terceira revolução, como dito anteriormente, tem como característica principal a revolução tecnológica e a invenção da informática. No Japão, a microeletrônica, a informática, o robô e a biotecnologia merecem seu destaque (BRUM, 2002).

O homem, através de sua sabedoria e inteligência, inventa as máquinas e os aparelhos elétricos. Essas criações, por sua vez, substituem o seu próprio trabalho conseguindo executar tarefas extremamente difíceis e complicadas com muita agilidade e perfeição. No entanto, é só por meio dessas evoluções que o homem consegue ter mais facilidade e suporte para desenvolver novas invenções. Tais invenções, para a economia e o comércio foram fundamentais, acelerando o processo de compra, de produção e de venda, tornando a comunicação entre as pessoas mais acessível e ágil. O giro de capital aumentou permitindo o progresso dos países envolvidos. Segundo Brum (2002), o desenvolvimento da informática, a informação e a conexão do mundo pelas redes *internet*, tornou mais fácil, até o comércio entre produtores e consumidores.

A comunicação podia ser feita com facilidade, os pedidos de produtos e matéria-prima eram efetuados, recebidos e liquidados muitas vezes por meio dos recursos de comunicação e transporte. Tanto os compradores, quanto os vendedores conseguiam obter acesso a tudo que necessitavam através das tecnologias empregadas, como a *internet*, que se tornou uma fonte de pesquisa e comunicação muito poderosa mostrando ter qualidade, rapidez e disponibilizar diversos tipos de assunto e informações.

1.5 CAPITALISMO FINANCEIRO OU MONOPOLISTA

Com a evolução do mercado financeiro, outro tipo de capitalismo surgiu: o capitalismo financeiro. Sua principal característica era a prática do monopólio, ou seja, uma única empresa comandava o mercado e dominava os negócios.

Com o passar do tempo novas práticas surgiram como as dos oligopólios que são definidos como um grupo de várias empresas que regem um setor da economia.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a economia voltou a crescer e se intensificar mais do que antes. Dessa forma, as empresas se aperfeiçoaram, mudando suas práticas e formas de planejamento, com intuito de obter bons resultados. Desde então surgiram as multinacionais, empresas que atuam ou são sustentadas por mais de uma nação. A consequência dessas revoluções e desenvolvimentos financeiros foi o crescimento acelerado de indústrias, bancos e corretoras de valores.

Os bancos, ao terem seus capitais acumulados, começaram a emprestar dinheiro para as pessoas, obtendo lucro através de suas taxas de juros além de passarem a servir como cofres onde as pessoas podiam depositar suas economias. Para depositar dinheiro nos bancos, a pessoa devia primeiramente criar um cadastro e abrir uma conta. No caso de empréstimo, o primeiro passo era pedi-lo ao banco, para que este pudesse analisar o valor pedido, e aprovar ou não esse pedido. O banco disponibilizava a quantidade a ser emprestada baseada na renda comprovada do indivíduo. Os empréstimos eram dados tanto para pessoas físicas como jurídicas, como ainda o é nos dias atuais. Os bancos, com suas novas funções, passaram a ter poder e controle sobre as indústrias e comércios.

2 A CRISE E O DESEMPREGO

Este segundo capítulo objetiva analisar a crise e o desemprego. Para tal, ele está dividido em três partes. Em sua primeira parte, será apresentada a crise de 1929. Na segunda parte, falaremos sobre a crise global de 2008 e na terceira e última parte discutiremos os reflexos da crise no Brasil.

2.1 A CRISE DE 1929

Conhecida como uma das mais graves crises do sistema capitalista, a crise de 1929 iniciou-se nos Estados Unidos da América e espalhou-se por todo o mundo na década de 30. A Crise de 1929 foi baseada na queda geral da produção industrializada, que atingiu o mundo todo com restrição da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e do Japão e também na queda das cotações da Bolsa de Nova York, segundo Gazier (2013).

Esta crise afetou muito os Estados Unidos devido sua grande influência. O país era reconhecido como a maior economia do mundo, além de ser exportador de diversos tipos de produtos, principalmente produtos industriais e agropecuários. Naquela época, o EUA junto com a Inglaterra tinha se tornado os maiores bancários do mundo e conseqüentemente o dólar havia se tornado uma moeda de referência em relação às outras moedas.

Assim, como se pode concluir, a grandiosidade da crise de 1929 estava diretamente ligada a grande influência exercida pelos Estados Unidos da América na economia mundial. Entre as principais razões que levaram a crise de 1929, de acordo com Gazier em *A Crise de 1929* (2013) estão: A superprodução (produção desenfreada e desnecessária de produtos); O liberalismo (doutrina político-econômica caracterizada pela atitude de abertura e tolerância de vários níveis); Concentração de renda (muito dinheiro concentrado em um só lugar ou país); A recuperação da economia Europeia e a especulação na Bolsa de Valores.

A economia americana disponibilizava empréstimos facilitados, ou seja, qualquer pessoa poderia conseguir a aprovação para obtenção dos mesmos. Muitos desses empréstimos eram investidos na Bolsa de Valores de Nova York. Esses investidores não eram somente empresários e pessoas de classe alta, mas também

as de classe média e baixa, com intuito de ter maiores rendimentos e melhorar o bem estar.

Com o passar dos dias, as pessoas que investiram o seu dinheiro na compra de ações da bolsa de valores perceberam que a economia estava instável. Essa insegurança fez com que a balança ficasse desfavorável, deixando as empresas em situação de risco. A especulação, de que algumas empresas da Europa andavam de mal a pior e de que outras haviam ido à falência, se espalhou rapidamente. Com a população com medo houve uma grande procura dos investidores que queriam o seu dinheiro investido de volta, procurando vender suas ações o que gerou a quebra da bolsa de valores.

No decorrer do outono de 1929, houveram outras diversas oscilações no preço das ações da bolsa, trazendo outras desvantagens que inevitavelmente levaram a quebra da bolsa. Conhecida como quinta-feira negra, no dia 24 de outubro de 1929, as ações despencaram de valor devido a quantidade de pessoas que colocaram as suas ações a venda. A chamada lei da oferta e procura, isto é quanto mais ofertas, menor é o preço, fazendo assim com que os preços caíssem no mercado. A Bolsa de Nova York em queda significava uma perda sem tamanho, acarretando consigo a queda dos negócios e da produção (GAZIER, 2013).

É certo que, mesmo diante do quadro ainda havia esperança da situação se reverter, visto que a economia sempre sofreu grandes variações. No entanto, essa esperança não durou por muito tempo quando as ações ruíram ainda mais, acabando de vez com as esperanças de reversão do quadro econômico. Como única saída, as pessoas queriam resgatar o dinheiro guardado em contas poupanças e correntes nos bancos e ao recorrerem aos bancos perceberam que seu dinheiro havia sido investido na Bolsa de Valores de Nova York, com isso não havia dinheiro em caixa para os saques. Grandes investidores tiveram sua falência decretada e pequenos investidores haviam perdido o pouco que tinham.

O restabelecimento dos países após a crise de 1929 acontece em meados de 1932-1933 o que, no entanto, não trouxe nenhuma segurança concreta, visto que esse progresso não era confirmação de que não haveria mais erros. Com toda essa situação catastrófica acontecendo, muitas empresas foram à falência por não ter mercado para os seus produtos. Muitas pessoas foram demitidas e, diante dessa grande depressão, as taxas de desemprego subiram atingindo tanto trabalhadores da cidade como os trabalhadores zona rural. Agropecuários e fazendeiros tiveram

prejuízos enormes, porque estavam produzindo mais que o necessário. E, por causa do excesso de produção, os preços dos produtos caíram diminuindo, imensamente a margem de lucro dos produtores.

Com muitos não tendo nem o que comer o Movimento internacional da Cruz Vermelha, desempenhou um papel importante através de doações em geral. Esse Movimento não possuía nenhum vínculo com o Estado e tinha o objetivo de ajudar a todos os necessitados, garantindo condições mínimas aos necessitados.

O número de pessoas desempregadas nos Estados Unidos em março de 1933, segundo Gazier (2013), chegou a aproximadamente a doze milhões de pessoas. Como dito anteriormente, os Estados Unidos era uma grande potência e a sua moeda, ou seja, o dólar era referência para outros países, assim, a crise e o desemprego atingiram não somente os Estados Unidos, mas também o mundo como um todo, tornando-se assim uma crise mundial.

Com a economia rompida, no ano de 1932 houve eleição nos Estados Unidos e para o cargo de presidente foi eleito Franklin Delano Roosevelt do partido Democrata, então ele começou a governar na época em que a crise de 1929 tinha deixado uma enorme depressão em todo mundo. Franklin, diferente dos outros presidentes que governaram o país, quis mudar o rumo da economia, e dar um fim em toda a crise. Para tal, ele criou o Plano *New Deal* ou Plano de Novo Acordo, que foi um conjunto de medidas econômicas e sociais adotadas por Roosevelt, com intuito de melhorar a economia e também diminuir o desemprego.

A maior característica desse plano era principalmente a intervenção do Estado na economia, objetivando o controle da produção e do preço de venda dos produtos das indústrias e fazendas. Esse plano rompeu a doutrina liberalista que visava uma forma de mercado livre, aonde o Estado não intervinha de nenhuma forma na economia. Foi esse plano que trouxe a solução para a crise iniciada em 1929 nos Estados Unidos. Entre os principais aspectos positivos trazidos pelo Plano *New Deal* podemos destacar: a prévia intervenção do Estado na economia; Criação de novas obras pública com intuito de gerar emprego; A estipulação de normas para os bancos e para a Bolsa de Valores: controle da aprovação de empréstimos nos bancos e dos investimentos feitos na Bolsa de Valores; Controle da superprodução; Criação dos direitos trabalhistas: salário mínimo, nova jornada de trabalho, seguro-desemprego etc.

Com os benefícios, trazidos pelo plano, os Estados Unidos reergueram sua economia, mas foi somente em meados de 1939, com a Segunda Guerra Mundial, que os EUA conseguiram se recuperar totalmente da crise, através da produção bélica, deixando a crise de 1929 e suas consequências para trás.

2.2 A CRISE DO MERCADO ASIÁTICO

Os Tigres Asiáticos são denominados como um conjunto de países ou territórios da Ásia que passaram por um processo de industrialização recente. Na década de 1980 os países integrantes eram a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Hon Kong. Na década de 1990 surgiram os novos Tigres Asiáticos, sendo este composto por países como: Vietnã, Filipinas, Malásia e Tailândia.

A Tailândia não é um país pequeno, ela possui mais cidadãos do que a Inglaterra ou a França. A sua produção é voltada para a agricultura, ou seja, ela exporta produtos agrícolas. Na década de 1980 na Tailândia iniciou o processo de industrialização, graças às empresas japonesas que se instalaram no país, construíram fábricas e passaram a produzir e abastecer os países, ou seja, no lugar de importar as empresas exportavam os produtos que produziam. A razão pelo qual o país só crescia em seu âmbito geral chegando a atingir taxas de crescimento de 8% ao ano.

Ainda na década e 1990 a Tailândia passou a ser um dos países chamados de “Tigres Asiáticos”, exatamente por ser um dos novos países industrializados e pela agressividade de sua economia. “Ainda nessa década a maior parte dos investimentos que impulsionavam o crescimento provinha da poupança dos próprios tailandeses: o dinheiro externo consistiu nas grandes fábricas exportadoras, mas os empreendedores locais criaram e financiaram os pequenos negócios, com as próprias poupanças, e ergueram os novos blocos de escritórios e apartamentos, com os depósitos bancários das famílias. Em 1991, a dívida externa da Tailândia era pouco menor que suas exportações anuais – índice de modo algum trivial, mas ainda dentro dos limites de segurança” (KRUGMAN, 2009, p.80).

As taxas de juros dos países desenvolvidos no início do ano de 1990 estavam extremamente baixas, pelo fato de que os bancos centrais estavam tentando incentivar as economias, com o objetivo de superar a depressão da época. Dessa forma vários investidores foram para o exterior, em busca de obter rendimentos mais altos (KRUGMAN, 2009). Como os empréstimos dos países exteriores estavam bem

favoráveis a “companhia financeira” tailandesa por sua vez solicitou o seu crédito com a aprovação de empréstimo de bancos japoneses. Logo com a concessão do empréstimo em ienes (moeda japonesa) a companhia repassa o mesmo para um empreendedor imobiliário local, mediante de um novo empréstimo com taxas de juros mais elevadas.

No entanto, o mercado cambial, como outros mercados, é regido, pela lei da oferta e procura: aumente a demanda por algo, e seu preço geralmente sobe, ou seja, a demanda de *baht* (moeda tailandesa) pela empresa financeira tenderá a elevar o valor do *baht* em comparação com o de outras moedas. Porém, durante os anos de “boom” (alta), o banco central da Tailândia estava empenhado em manter taxa de câmbio estável entre o *baht* e o dólar americano. Portanto, o impacto direto daquele primeiro empréstimo em iene eram aumento tanto nas reservas internacionais do Banco da Tailândia quanto na oferta de moeda na economia tailandesa, assim como expansão do crédito na economia – decorrente não só do empréstimo concedido diretamente pela companhia financeira, mas também de novos empréstimos oferecidos pelos bancos em que a oferta de moeda incremental fora depositada (KRUGMAN, 2009, p.82). Os empréstimos externos na economia se tornaram crescentes, fazendo com que uma nova onda de investimentos se alastrasse. Esses investimentos eram concentrados na construção civil e a outra parte em especulações de imóveis e ações. “No início as economias do sudeste da Ásia estavam começando a apresentar forte semelhança com a “bolha econômica” do Japão de fins da década de 1980” (KRUGMAN, 2009, p.82).

Em todas as economias asiáticas, com a intenção de barrar o ingresso de capitais os bancos centrais foram obrigados a vender o *baht* no mercado cambial. Tentando recuperar sua moeda local de volta o Banco da Tailândia propôs comprar a mesma quantia em *baht*, fazendo um empréstimo do dinheiro que acabara de imprimir. Mas com esses empréstimos a taxa de juros se elevava, fazendo com que os empréstimos ficassem mais atraentes e o fluxo de entrada de ienes e dólares se intensificasse. A tentativa de parada não foi bem sucedida, porque o crédito não parava de expandir. A única saída para evitar esse problema da disparada de oferta da moeda e de crédito era o banco central desistir de fixar a taxa de câmbio, fazendo com que o *baht* valorizasse. Então a alta seguiu o seu percurso próprio. De tal maneira os investimentos continuaram disparados, trazendo consigo uma onda de importações. De acordo com que o progresso econômico promovia o aumento dos

salários, as circunstâncias resultavam nas exportações tailandesas que por sua vez se tornavam menos competitivas.

Em meados de 1996 a 1997 os mercados para alguns produtos da Tailândia passaram por momentos difíceis, estimulando uma queda e a desvalorização do iene, que transformou a indústria do sudeste da Ásia parcamente atraente. Portanto tudo desandou, alguns dos especuladores que foram financiados por empréstimos baratos quebraram e algumas companhias financeiras saíram do mercado. “Quando a bolha começou a esvaziar, as perdas passaram a acumular-se, comprometendo ainda mais a confiança e promovendo nova redução na oferta de empréstimos. Mesmo antes da crise de 2 de julho de 1997, o valor das terras e das ações já havia caído para níveis bem abaixo do pico” (KRUGMAN, 2009, p.82).

A procura por empréstimos externos reduziram, transferindo problemas para o banco central. Com o declínio da entrada de ienes e de dólares, a procura por *baht* minguou no mercado cambial. E logo como providência o Banco da Tailândia para evitar a desvalorização da moeda local fez o oposto do que costumava a fazer, desde que o capital começou a adentrar no país ele entrou no mercado para trocar os dólares e ienes por *baht*, com o alvo de segurar a própria moeda. “A realidade é que o Banco tailandês consegue aumentar a oferta de *baht* tanto quanto quiser, pois simplesmente pode imprimir a moeda; mas não pode imprimir dólares. Mais cedo ou mais tarde, o país ficaria sem reservas” (KRUGMAN, 2009, p.87).

Para sustentar o valor da moeda o Banco realmente deveria ter reduzido a quantidade de *baht* em movimento, aumentando assim as taxas de juros e, posteriormente, tornando atraente, a procura por empréstimos em dólares para empregar na compra de *baht*. Mas essa decisão conduziria a problemas de outra natureza.

Com a crise se instalando, a bolha prestes a estourar e com o enfraquecimento do surto de investimentos, a economia da Tailândia desacelerou, trazendo várias consequências negativas, como: a redução das atividades de construção civil, reversão dos ganhos nos anos de boom que procederam à crise, redução do valor da moeda, diminuição da demanda asiática e dos produtos latino-americanos, a redução do crescimento acarretou o desemprego, aumento da dívida externa dos sistemas bancários dos países afetados. De tal maneira o governo tailandês não sabia qual a decisão deveria ser tomada, por medo de falhar. Assim, optou por aguardar, como se o remédio surgisse do nada. Na medida em que o

governo não agia, a procura de uma solução para economia interna, também se tornava mais provável a desvalorização do *baht*.

A crise cambial estava prestes a se concretizar. A situação já havia chegado a tal ponto que não se via mais saídas. No início de julho de 1997 o jogo parecia ter chegado ao final. Em 2 de julho deste mesmo ano, o governo tailandês deixou o *baht* flutuar, seguindo sua desvalorização imediata de 15%.

Com menos de dois meses, Malásia, Filipinas e Indonésia desistiram de defender suas moedas e de tal forma a depressão foi se alastrando também para a Coreia do Sul. O desastre asiático começou na Tailândia, provocado pela decisão do governo tailandês de tornar o câmbio flutuante, desatrelando o *baht* do dólar, após exaustivos esforços para evitar a fuga de capitais em parte devido ao estado. Nessa época a Tailândia adquiriu uma imensa dívida externa que acabou por deixar o país falido logo após esse colapso monetário.

A crise foi relativamente curta, iniciando-se no ano de 1997 e sendo quase totalmente resolvida entre o final de 1998 e meados de 1999. A solução de grandes crises não se pode ser atribuída a um único fator. Na verdade, a maioria delas se inicia por um ou por alguns desajustes nos mercados, e nunca possuem um único elemento como causa. Outro ponto importante é que, geralmente as soluções ocorrem em médio e longo prazo. Com a crise asiática não foi diferente, diante dos problemas que começaram a surgir em 1997 os governos começaram a adotar o chamado tratamento sintomático, ou seja, atacar cada problema com uma medida específica. Nenhuma crise é eterna, por mais que os problemas sejam graves, em algum momento os governos e o mercado vão ajustando as deficiências e retomam o curso da economia.

2.3 A CRISE GLOBAL DE 2008

A crise é um fato evidente, que prejudica a economia de uma forma global. Ela vem sendo desencadeada ao longo tempo, através de questões ligadas às ordens econômicas e financeiras. Para um melhor entendimento é preciso voltar um pouco no tempo e lembrar as principais crises, que não só chocaram o mundo, mas que também o afetaram em seu contexto geral. Foram essas crises, mais anteriores, que trouxeram transtornos para diversos países, como a Crise de 1929, que discutimos anteriormente. Essa crise, por exemplo, mesmo tendo o seu fim contribuiu para o

surgimento de novas crises.

Em 2001, começaram a aparecer inúmeros acontecimentos que colaboraram para o início de uma nova crise. Entre eles a Bolha da *Internet* ou Bolha Ponto.Com. Essa bolha estava se espalhando de forma rápida e generalizada, atingindo até mesmo os Estados Unidos. Ela se iniciou graças a criação da *internet* por volta de 1995 a 1996, mas se concretizou no ano de 2000 para 2001, visto que a *internet* havia se tornado muito atraente para as empresas por causa dos seus diversos benefícios e por ser uma novidade no mercado, a partir daí várias firmas optaram para grandes investimentos na área de informações e comunicações ligadas as empresas de tecnologia.

Sendo o conjunto de redes, uma curiosidade e uma inovação. As empresas ponto.com da Bolsa Nasdaq de Nova York tiveram uma grande valorização. A Bolsa de valores eletrônica Nasdaq é a evolução das outras bolsas tradicionais, ela também é chamada de nova economia, ou seja, ela foi o desenvolvimento do mercado de capitais norte-americano. A Nasdaq foi criada para impulsionar e movimentar a economia, o que realmente aconteceu, pois favoreceu várias empresas.

No começo conseguia-se ver os lucros, e eles vinham em razão da elevação das vendas das ações que eram baseadas em tecnologias de informações. No entanto, com o passar do tempo, essa bolha estourou não havendo um retorno imediato. A não lucratividade imediata se devia a essas tecnologias ainda estarem se consolidando no mercado, além de custar muito dinheiro. Desse modo, a solução era colocar as ações da Bolsa de Nasdaq à venda.

A colocação das ações a venda foi o ponto chave para o desencadeamento de uma outra crise no mundo econômico. A venda de várias ações ao mesmo tempo gerou muita oferta com preços baixos, além do ataque especulativo findaram em uma crise econômica. Mais uma vez, a história se repetiu como aconteceu com as ações da Bolsa de Valores de Nova York, e, assim como a queda de 29 foi inevitável, a Bolha da *Internet* estourou, deixando o mundo todo em colapso.

Além dos motivos anteriormente mencionados, outro motivo que impulsionou a Crise Global de 2008 foi o horrível ataque de 11 de setembro de 2001, ocorrido nos Estados Unidos. Esse atentado terrorista e suicida teve como intuito atingir o coração dos EUA, isto é, a sua economia, conseguindo, além de matar milhares de pessoas, abalar a economia do país.

Esses acontecimentos trágicos e difíceis acabaram influenciando o início da

Crise do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008, mas conhecida como Bolha Imobiliária. A partir de então, os problemas foram aumentando, os juros despencaram, os empréstimos se tornaram fáceis e acessíveis a qualquer pessoa e os financiamentos feitos a longo prazo saíam sem muitas restrições.

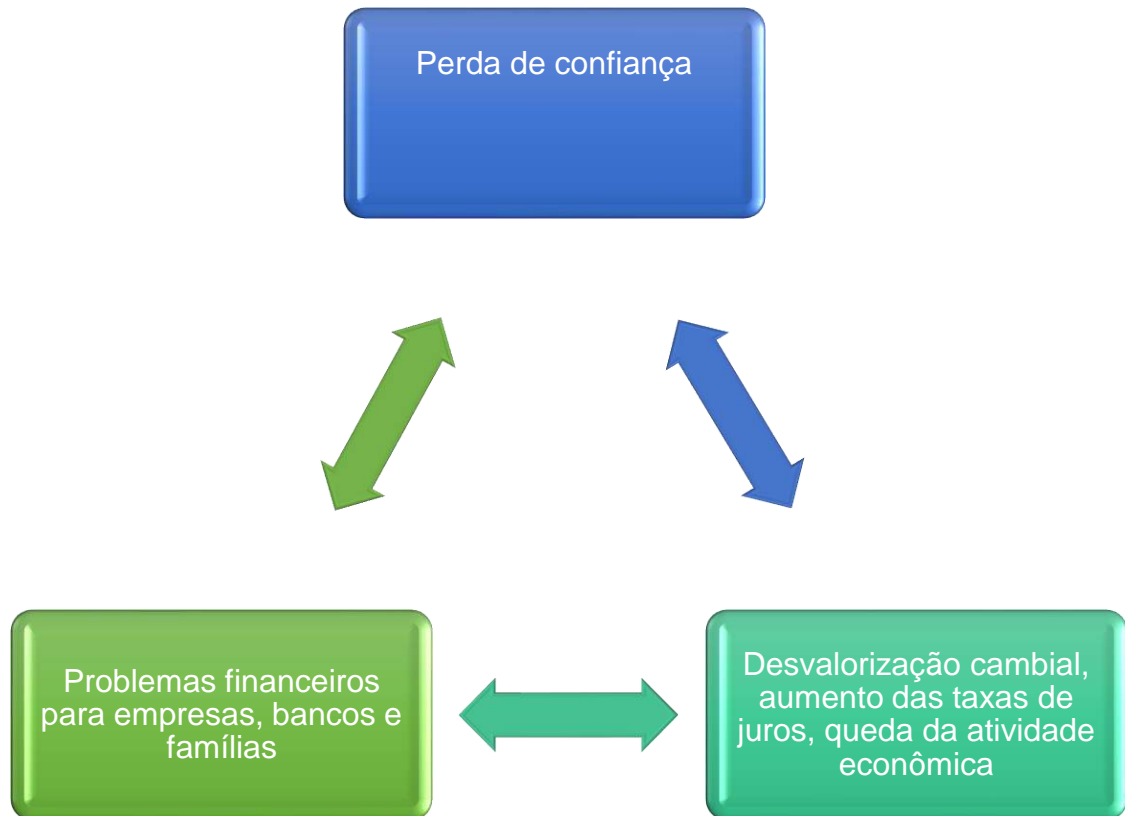
Com os juros baixos, as pessoas eram incentivadas a fazerem empréstimos e financiamentos concedidos pelos bancos com juros bem pequenos. A classe baixa via nesses empréstimos a única chance de possuir um carro ou uma casa própria. Para compensar os juros mínimos oferecidos à sociedade, os bancos elevaram a sua rentabilidade abrindo os cofres públicos para péssimos clientes (pessoas com dívidas e com empregos instáveis), mas isso não melhorou a situação, como o previsto pelos bancos, mas a piorou uma vez que, o dinheiro que foi emprestado não foi pago.

Diante desse quadro, os bancos então endividados, resolveram repassar a dívida desses empréstimos e financiamentos não pagos para os que haviam usufruído deles. Os investidores, para reverter à situação de inadimplência, decidiram aumentar o valor das prestações dos empréstimos e dos financiamentos dos imóveis, buscando assim, controlar a inflação. As pessoas, que outrora tinham rendas baixas, se viram numa montanha de dívidas com o aumento das prestações dos imóveis e o aumento dos juros, sendo obrigados a devolver os seus imóveis.

Dessa maneira, houve o que chamamos de efeito dominó, quem emprestou para o mau pagador não recebeu e não pagou os investidores, e os títulos negociados foram despencando a cada dia, deixando o pessoal sem dinheiro.

A figura 1 retrata os principais fatores viciosos que colaboraram para a crise de 2008.

FIGURA 1. Fatores viciosos que colaboraram para a crise de 2008.



Fonte: Krugman (2009) p. 92.

Este ciclo, destacado na imagem acima, ilustra de forma clara os fatores que afetaram diretamente ou indiretamente o surgimento da crise de 2008. Sobre todo exposto, um fator ocasionou o outro, e assim os problemas financeiros foram piorando. Na busca de encontrar uma saída, muitas instituições começaram a pedir ajuda para os Estados Unidos, dessa maneira o país teve que escolher a quem ajudar e quem iria deixar afundar, visto que não havia possibilidade de dar auxílio a todas as instituições.

Como a inadimplência se tornou muito alta, o dinheiro que deveria voltar para os bancos não retornava causando muitas complicações. Os bancos, para esconder a situação, forjavam os dados dos seus lucros, das saídas e principalmente das entradas (recebimentos dos empréstimos concedidos), dessa maneira, a realidade se tornou cada vez mais trágica e vários bancos decretaram falência. Mas não foram somente os bancos que ficaram em condições ruins.

Muitas empresas também foram à falência, e os negócios de modo geral ficaram afetados. Com base nos dados do ano de 2007, a crise financeira estava

ganhando forças e se concretizou em 2008, especificamente no segundo semestre. Suas principais causas foram determinadas como sendo a partir da elevação da inadimplência, das desvalorizações dos imóveis e da falência de algumas instituições bancárias, como a quebra do Banco de investimentos Lehman Brothers (PRATES *et al.* 2011).

A crise, em seu contexto geral atingiu tanto a classe média como a classe alta. Muitos donos de grandes empresas foram a ruína declarando falência e perdendo tudo o que tinham. A falência acontecia por diversas causas como: má gestão e planejamento de sua empresa, pagamento de juros altos e muita oferta para pouca procura.

A crise, ao se intensificar, prejudicou não só os sistemas financeiros, mas também as cotações das *commodities* (mercadorias ou produtos com baixo valor agregado, como produtos agrícolas, minerais, etc.) que eram exportadas para vários países que estavam na fase de desenvolvimento como a Rússia, o Brasil, o México entre outros (PRATES *et al.* 2011). Com o mercado enfraquecido (pois não estava havendo o giro de dinheiro), não havia mais saída para melhorar a economia a não ser pedir ajuda ao Estado.

2.4 REFLEXOS DA CRISE NO BRASIL

Para um país crescer e se desenvolver é preciso se destacar, mostrando seus pontos positivos, suas fontes de riqueza, ser grande produtor e exportador, ter terras férteis, possuir muita água em seus territórios, possuir fontes de energia mostrando vantagens sobre os outros países.

Para ser um grande produtor, o país precisa ter fatores que o favoreçam, como: clima, terrenos, maquinários, ferramentas, mão de obra e assim sucessivamente, sempre dependendo da mercadoria a ser produzida, de quais derivados se pode tirar dela, do valor gasto para sua produção e do lucro sob a venda.

A partir de 1840, o café era considerado como produto importante na economia brasileira, tanto a sua produção quanto a exportação. A produção cafeeira, no Brasil, foi crescendo cada vez mais, e todo esse processo de evolução fez com que em meados do século XIX o Brasil fosse considerado o principal produtor de café, desde então o país atuava como um produtor semimonopolista com algumas

vantagens, como grandes reservas de terras férteis e de mão de obra (LACERDA *et al.*, 2005).

Para que a economia, em geral, tenha um equilíbrio é preciso pôr na balança a quantidade de oferta e procura, ou seja, para certa empresa produzir determinado produto ela deve fazer uma pesquisa de quantas pessoas consomem aquele produto, qual é a procura, os custos que serão necessários para a devida produção. É preciso ter uma previsão, para não ter prejuízos.

Quando se têm em disposição grandes ofertas, conseqüentemente, há menos procura e o valor conseqüentemente abaixa. Contudo, no caso de pouca oferta quando se têm muita procura, os preços do produto sobem. Um exemplo são os alimentos comprados, que quando estão em falta, ou seja, estão escassos costumam mais caro e são mais procurados enquanto que o mesmo produto quando em época de colheita tem valor de comercialização inferior.

Em relação as produções de café no Brasil, a oferta e a produção liberada aumentaram e isso gerou crises de superprodução. Desse modo, foram desenvolvidas algumas formas de defesa do café. A mais usada, naquela época, era a depreciação da moeda nacional nos períodos de baixa dos preços de exportação, mecanismo que minimizava os prejuízos de receitas dos cafeicultores (LACERDA *et al.*, 2005).

No caso dessa elevada produção de café do Brasil, o governo teve que aplicar certas medidas com intuito de ajudar a economia e evitar grandes percas.

Em 1906, com base no Convênio de Taubaté, muitas coisas mudaram, principalmente os métodos de defesa do café. O governo começou a comprar o que restava da produção, custeados por empréstimos externos. Esse novo método funciona como uma forma de segurança, pois ele procurava resguardar a renda dos cafeicultores através da redução da oferta exportável em um estágio de aumento da produção. Ou seja, o objetivo era impossibilitar a queda dos preços (LACERDA *et al.*, 2005).

Essas medidas de proteção foram desenvolvidas e aplicadas com intuito de estabelecer um equilíbrio na lei da procura e oferta, no entanto, elas tão logo que apareceram não foram bem sucedidas. Apenas abaixar o preço do produto não funcionou, o grande problema estava realmente ligado a abundante produtividade sem saída do produto. O café que não era vendido tinha seus custos e despesas gastos nessa produção e o investimento feito para trazer retorno, não trazia senão prejuízo. Todos esses fatores previam, indubitavelmente, uma crise do café.

A verdade é que a política de valorização do café deveria ter desenvolvido métodos ligados não só a baixa de preços dos produtos, mas também para diminuir o constante aumento da produção. No momento que ocorreu a crise mundial de 1929, a cafeicultura brasileira estava passando por um período vulnerável. A produção só aumentava e muitas vezes, era exportado menos da metade do que tinha produzido, fazendo com que se a produção sobrasse, acarretando assim prejuízos (LACERDA *et al.*, 2005).

Como foi dito anteriormente para se ter a plenitude de uma economia, é necessário que a comercialização se flui de acordo com ideal, é preciso análises, pesquisas, busca de conhecimentos, observação e principalmente manter um equilíbrio de oferta e procura, porque se não for assim o objetivo nunca será alcançado ou haverá algumas deficiências no processo que poderão acarretar problemas futuros.

Todas essas circunstâncias contribuíram para a crise do café e agravaram ainda mais quando a política de defesa do café não abaixou os preços do produto, mas, pelo contrário, conservou os preços elevados gerando instabilidade. Mesmo com todo esse cenário de risco, a produção aumentou, chegando ao seu nível máximo no ano de 1933, e isso foi consequência da produção dos cafezais plantados entre os anos de 1927 e 1928 com sustenta (LACERDA *et al.*, 2005).

Com a depressão, os cafeicultores não tiveram outra saída a não ser abaixar o preço do café objetivando preservar suas rendas. Essa medida de defesa não conseguiu estabilizar o preço da mercadoria, e a crise se alastrou no país (LACERDA *et al.*, 2005).

De acordo com que a crise se espalhava, destruía e agravava a economia brasileira e a vida dos produtores e comerciantes que viviam do lucro do café. A saída estava no equilíbrio, mas como alcança-lo, depois de produzir demais e não vender toda a produção, mesmo depois e voltar atrás e abaixar o preço da mercadoria não obter bons resultados, qual seria a saída para se levantar dessa depressão?

Depois de tantas tentativas sem resultados o governo decidiu tomar uma decisão diferente de todas, ou seja, queimar o equivalente a um terço da produção colhida em 1931-1939, com propósito de diminuir a oferta do café. Dessa forma o governo almejava mudar os indicadores da oferta e da procura (LACERDA *et al.*, 2005).

De acordo com essa decisão da queima do café começaram a aparecer alguns resultados positivos imediatos no ano 1933, ou seja, a renda nacional voltou a

crescer. Mas a recuperação da economia brasileira não ocorreu em razão de fatores externos, mas sim internos (LACERDA *et al.*, 2005).

A busca por tentativas bem-sucedidas era constante tentando acertar na decisão e acabar de vez com a crise que se estalou no Brasil, mas sempre que parecia haver uma luz no final do túnel ao chegar perto da saída ela se apagava. As mudanças aconteciam, a crise parecia sumir de vez, a economia começava a subir de novo até que algo acontecia que destruía esse sonho. Quando um problema se resolvia outro com o passar do tempo surgia e desencadeava novos indícios de decaída.

Logo depois de um grande crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em meados de 1956 a 1962, a economia brasileira sofreu uma decaída no período entre 1962 a 1967, ou seja, o crescimento do PIB que tinha atingido um patamar mais alto despencou pela metade atingida no período anterior (LACERDA *et al.*, 2005).

Os fatores econômicos e políticos levaram a grandes problemas com tristes consequências. A superprodução, o declínio do PIB, as políticas, os planos mal sucedidos e as taxas elevadas colaboraram para o crescimento e desenvolvimento da crise. A maioria dos problemas antes de se agravarem deveriam ter sido evitados, mas o que aconteceu foi contrário. Os problemas foram alimentados e se tornaram ao final uma numa “bola de neve” destruindo tudo o que encontrava, a busca pela solução só veio depois do problema estabelecido.

Tudo se agravou, a começar com a caída da formação bruta de capital fixo, um dos principais determinantes do ritmo do crescimento, mas não parou por aí, a situação piorou mais ainda essa baixa da formação bruta foi além, tornando-se negativa em 1963, coisa que também aconteceu com crescimento da produção industrial. E todas essas situações ruins foram dando suporte para o início de uma crise na economia brasileira (LACERDA *et al.*, 2005).

O governo de Jânio Quadros trouxe alguns benefícios, adotou-se uma medida política e econômica bastante conservadora no enfrentamento dos problemas deixados pelo governo de Juscelino Kubitschek, mas conhecido com JK, como: aceleração inflacionária, déficit fiscal e pressão sobre o balanço de pagamentos (LACERDA *et al.*, 2005).

Em março de 1961, foi feita uma reforma cambial, com 100% de desvalorização do câmbio de custo, aplicado aos produtos como o petróleo e o papel de imprensa, sendo estes produtos considerados como importações preferenciais.

Mas essa reforma tinha o objetivo de diminuir a pressão dos subsídios cambiais sobre o déficit público (LACERDA *et al.*, 2005).

Dessa maneira, em maio e junho de 1961, o governo obteve sucesso, feito através da negociação dos débitos com os credores externos e com os organismos financeiros internacionais, ordenando os vencimentos da dívida externa de 1961 a 1965. Mas a repentina renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 pôs fim as medidas de sua política econômica (LACERDA *et al.*, 2005).

Então no lugar de Jânio Quadros entrou o vice-presidente João Goulart. Com isso houve um quadro de indefinição política, causado em setembro de 1961 percorrido até setembro de 1963, em consequência disto, não conseguiam efetuar nenhuma política econômica eficaz. Dessa feita as taxas de inflação subiram muito atingindo 45,5% ao ano em 1962 contra 33,2% em 1961 (LACERDA *et al.*, 2005).

Em abril de 1964 ocorre o golpe militar. Que manteve obscuros os dados econômicos no período dos chamados “anos de chumbo”. Este período durou 21 anos e findou com reabertura política e com as eleições diretas para presidente. O eleito foi Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, o presidente eleito tomou posse, mas morreu logo em seguida. Tendo seu vice assumido a presidência e também todos os problemas econômicos deixados pela ditadura militar. O presidente Sarney não conseguiu implementar nenhum plano econômico capaz de refrear a inflação que chegou a incríveis 82% ao mês.

Na década de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu o governo e desde então o começou os seus projetos que se resumiam em dois planos de estabilização, sendo eles chamados de Plano Collor I e Collor II. Tanto um plano como o outro provocaram a retratação da atividade econômica como consequência direta das medidas fiscais e monetárias escolhidas (LACERDA *et al.*, 2005).

O Plano Collor I se iniciou em março de 1990, esse projeto tinha como alvo abaixar as altas de inflação, que só aumentavam nesse período. Dessa forma Collor começou a por em prática suas ideias, demitindo assim muitos funcionários públicos, abrindo o Brasil ao capital estrangeiro, confiscando depósitos bancários, mudando a moeda da época que era cruzado passando então a ser cruzeiro, privatizando várias empresas estatais e assim por diante (LACERDA *et al.*, 2005).

Como o Plano Collor I não obteve sucesso foi criado então o Plano Collor II em janeiro de 1991, em busca de uma estabilização, as medidas desse plano visavam mais uma vez o congelamento de preços e salários, desencadeando diversos

problemas, além dos já vividos naquela época, como a inflação. As consequências vieram à tona rapidamente. Empresas abriram falência, o desemprego aumentou, pessoas ficaram sem casa e na pobreza, pois não podiam retirar o dinheiro depositado no banco por causa do confisco dos depósitos, então a situação piorou (LACERDA *et al.*, 2005).

O período entre 1990 a 1992 foi conhecido pela forte depressão e pela alta do desemprego e pela queda dos salários reais e da massa salarial por meio das tentativas contra a inflação (LACERDA *et al.*, 2005).

Devido aos desastrosos resultados dos Planos Collor a população se virou contra ele pedindo então o seu *impeachment* em outubro de 1992, mas isso não se concretizou porque ele renunciou o seu cargo. Com a saída de Fernando Collor de Mello do governo quem assumiu o seu lugar foi seu vice, Itamar Franco. O governo de Itamar abriu portas para um novo projeto de estabilização, desta vez beneficiada pela reforma em curso na economia brasileira (LACERDA *et al.*, 2005).

No ano de 1990 o mercado de trabalho foi muito afetado e o fator principal desse quadro se devia ao acréscimo de pessoas desempregadas. De acordo com as estimativas feitas pelo IBGE, a taxa de desempregados distendidos pelo país, que era de 4,35% no ano de 1991, atingiu a 8,06% em março de 2000. Desde então a taxa de desemprego começou a cair, fechando 2001 com 6,2 (LACERDA *et al.*, 2005).

TABELA 1. Taxa de desemprego no Brasil e Região Metropolitana de São Paulo.

Média Anual	Taxa de desemprego aberto -Brasil (a)	Taxa de desemprego total - RMSP (b)	Taxa de desemprego aberto - RMSP (c)
1989	3,4	8,7	6,5
1990	4,3	10	7,2
1991	4,8	11,7	8
1992	5,7	15,2	9,2
1993	5,3	14,7	8,7
1994	5,1	14,2	8,9
1995	4,7	13,2	9
1996	5,4	15	9,9
1997	5,7	15,7	10,2

1998	7,6	18,2	11,7
1999	7,6	19,3	12,1
2000	7,1	17,6	11
2001	6,2	17,6	11,3
2002	6,44	19	12,1
2003	7,03	19,9	12,8

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME) – nova metodologia de cálculo a partir de 2002. Disponível em: www.ibge.gov.br (b) e (c) Seade/Dieese. Disponível em: www.seade.gov.br

Ao analisar os dados descritos na tabela acima, é possível perceber que a taxa apurada pelo IBGE apontou um aumento gradativo do desemprego desde 1989 até 2003 e essa elevação afetou tanto o Brasil quanto as Regiões Metropolitanas de São Paulo (LACERDA *et al.*, 2005).

Para garantir o emprego é preciso de qualificação, pois o mercado de trabalho procura disponibilizar vagas de trabalho, principalmente bem remunerado para pessoas qualificadas e com experiência. Assim as pessoas com esses requisitos assumem as vagas disponibilizadas, sendo essas vagas consideradas como poucas pela lei da procura de emprego.

TABELA 2. Taxa de desemprego no Brasil, áreas de regiões metropolitanas, não metropolitanas e rurais em porcentagem.

Média Anual	Taxa de desemprego 1	Taxa de desemprego 2	Taxa de desemprego 3
	Áreas Metropolitanas - (%)	Áreas Não metropolitanas - (%)	Áreas Rurais - (%)
1992	9,7	6,1	1,9
1993	9,5	5,6	1,8
1994	-	-	-
1995	8,3	5,9	2,0
1996	9,8	6,6	2,5
1997	11,6	7,0	2,6
1998	13,6	8,0	3,3
1999	14,4	8,6	3,4
2000	-	-	-
2001	13,0	8,6	3,0
2002	13,5	8,1	2,7
2003	14,1	8,7	2,7
2004	13,5	7,9	3,1
2005	13,4	8,6	3,5

2006	12,1	7,8	3,7
2007	11,3	7,7	3,7
2008	9,6	6,9	3,4
2009	10,7	8,2	4,4
2010	-	-	-
2011	7,9	7,0	3,8
2012	7,4	6,4	4,6
2013	7,8	6,8	5,3
2014	8,4	7,1	4,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME) – nova metodologia de cálculo a partir de 2002.

A tabela acima representa a porcentagem de índices de desemprego entre os anos de 1992 e 2014 mostrando uma comparação das áreas metropolitanas, não metropolitanas e rurais. Nesta comparação é possível ver que a taxa de porcentagem de desemprego das áreas rurais é bem menor do que as urbanas, até mesmo porque há mais pessoas que residem na cidade do que na zona rural, e também porque as pessoas que moram na zona rural trabalham na sua própria terra, ou prestam serviços para outros proprietários de terra.

O avanço do desemprego prejudicou tanto o mercado de trabalho como os programas públicos que dependem das contribuições calculadas sobre a população assalariada que é formada pelo dinheiro da massa salarial com carteira assinada. Um dos programas que mais impactou na década de 1990 foi a previdência social que teve que enfrentar difíceis condições financeiras. Mas, esses transtornos enfrentados pela Previdência Social, não tiveram só uma causa específica e sim outras como a evolução de suas despesas (LACERDA *et al.*, 2005).

As elevadas taxas de desemprego mostram que as empresas estão procurando amplificar sua capacidade de produção de diversas formas e estratégias, principalmente modernizando sua produção através de investimentos feitos na compra de máquinas e equipamentos mais qualificados e assim o trabalho da mão de obra é substituído por máquinas ou por um número menor de trabalhadores, elevando mais ainda os índices de desemprego (LACERDA *et al.*, 2005).

Como dito anteriormente, não só o Brasil em 2008, mas o mundo todo passou por maus momentos na economia. A vida humana tem ficado cada dia mais dependente do capital e os problemas financeiros agravam a sobrevivência das pessoas.

3 A MAIS-VALIA

Este terceiro e último capítulo objetiva analisar a mais-valia absoluta e relativa. Para tal, ele está dividido em 03 partes. Na primeira parte será apresentado o conceito de mais-valia, na segunda parte entenderemos a mais-valia absoluta e na terceira parte a mais-valia relativa.

3.1 CONCEITO DE MAIS-VALIA

A mais-valia é a relação da força de trabalho, o tempo de realização e o lucro obtido. Ela é considerada um conceito marxista que mostra uma desigualdade entre o valor pago ao trabalhador, por seus esforços e forças empregadas em determinada atividade, e o valor que realmente vale seu trabalho. Ou seja, o trabalhador não recebe o pagamento justo que merece por seu trabalho, tendo o seu trabalho desvalorizado, uma vez que o seu esforço não é convertido em valores monetários reais. Em síntese, a mais-valia significa a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador mostrando, de maneira mais evidente, como os capitalistas aproveitam da necessidade dos trabalhadores para explorá-los e tirar lucros sobre o trabalho dos mesmos (MARX, 2012).

O trabalhador tem que trabalhar para garantir o seu provento e para garantir o lucro dos empregadores. A força de trabalho e os produtos produzidos pelos trabalhadores são convertidos em mercadorias com a finalidade de lucro. Dessa maneira, os trabalhadores acabam recebendo um valor inferior do que realmente deveriam ganhar, não condizendo assim com o trabalho realizado (MARX, 2012).

3.2 A MAIS-VALIA ABSOLUTA

O uso ou o emprego da força de trabalho é o trabalho. Em si o comprador da força de trabalho a consome, fazendo trabalhar ao que a vende. Para que o trabalhador produza mercadorias, o seu trabalho deve ser útil, isto é, realizar-se em valores de uso (MARX, 2012, p.83). Os capitalistas compram a força de trabalho do trabalhador para em troca lhes “dão” um pagamento. Com isso, o comprador passa a ser dono dessa força, pagando por ela. Aos operários é transferida a responsabilidade de trabalharem muito para suprir o seu próprio pagamento e também, o lucro do dono do capital. Os capitalistas veem a compra da mão de obra humana como investimento,

algo que deve dar retorno em curto prazo.

A função do trabalhador é designada pelo comprador de seu trabalho, ou seja, é ele quem delimita as regras, os horários de serviço, o vencimento, o que vai ser produzido, quanto vai ser produzido e assim sucessivamente. Assim os funcionários passam a ser totalmente subordinados ao dono do capital, tendo que dar o melhor de si para a realização do trabalho.

Para o homem realizar determinado trabalho é necessário o uso de suas forças, sendo elas tanto forças físicas como mentais (inteligência e força braçal), isso vai depender do tipo de serviço a ser executado. O processo de trabalho exige um esforço aonde o homem primeiramente aplica sua sabedoria à sua vontade, fazendo com que o cérebro mande comandos para o corpo para agir e executar o trabalho lhe ordenado (MARX, 2012).

Por sua vez os capitalistas precisam da mão de obra ou da força de trabalho do homem para obter lucro e o homem precisa do dinheiro ou salário pago pelos capitalistas para sua sobrevivência. Então pode se dizer que há uma troca do pagamento pela força de trabalho humana, ou seja, é como se fosse uma mercadoria que será avaliada para saber o seu valor e dessa maneira paga ao trabalhador.

A terra é caracterizada como o objeto universal de trabalho que não depende do homem para existir. Todas as coisas em que o trabalho se limita a romper a união imediata com a terra, por exemplo, a madeira cortada na selva virgem, o mineral extraído do seu veio, são objetos de trabalho por graça da natureza. A matéria-prima também é objeto de trabalho (MARX, 2012).

O meio de trabalho é determinado como uma coisa ou um conjunto de coisas que o homem põe entre si e o objeto de seu trabalho para ajudar a sua ação. (MARX, 2012, p.84). Ou seja, são as ferramentas indispensáveis para a fabricação da mercadoria ou produto, sendo que na falta delas os trabalhos se tornariam defeituosos (MARX, 2012).

O capitalista sempre ganha vantagem, principalmente por ter dinheiro e o domínio. Então, a partir da hora que o trabalhador oferece a sua força de trabalho ao capitalista é ele que lhe faz a proposta de salário, cabendo assim ao trabalhador aceitar ou não essa proposta, se ela for aceita desde o acordo a utilidade da sua força de trabalho pertence ao que o contratou, ou seja, o capitalista. Assim, o mesmo tem o produto inicial ou a matéria-prima, as ferramentas, a força de trabalho para a produção e por fim o produto final para venda e conseqüentemente o lucro. Segundo

Marx (2012) é o empregador que coloca o preço no seu produto acabado e na força de trabalho dos empregados.

O salário, dinheiro tão almejado e esperado pelos trabalhadores, é recebido mensalmente. Para cada assalariado receber esse pagamento no final do mês é preciso ter bom desempenho, realizar suas tarefas corretamente, não faltar dias de serviço e principalmente produzir muito para dar lucro ao comprador de sua força. Percebe-se nessa relação que o trabalhador primeiro presta seus serviços ao empregador e depois recebe por ela. A verdade é que, trabalho do empregado paga o seu próprio vencimento e ainda sobra como lucro para seu patrão.

Esse sistema descrito acima, de primeiro se trabalhar para depois se receber, têm o intuito de prevenção, pois se acaso o empregado fosse pago primeiro pelos seus serviços e ele não cumprisse seu papel ou sua palavra (se ele não fosse mais trabalhar), o capitalista então sairia no prejuízo e por essa razão se trabalha primeira para depois receber.

O trabalho possui três elementos simples e importantes, sendo eles a “atividade pessoal do homem propriamente dito; o objeto em que se realiza o trabalho; e o meio pelo qual se realiza” (MARX, 2012, p.84).

O homem é um ser dotado de força e inteligência, e para elas serem desenvolvidas é preciso de um esforço, ou seja, o homem precisa querer para usá-las. É ele que domina o seu corpo através de comandos mandados pelo seu cérebro. Assim o ser humano consegue desenvolver diversas atividades por meio de sua sabedoria a cada dia evolui pelos meios de aprendizagem.

O homem trabalha de acordo com os objetos que ele tem a sua disposição. Esses objetos podem ser diversos como: matéria-prima que vêm da natureza, ou seja, não depende do homem para existir.

Para o homem executar um trabalho ele precisa de peças auxiliares, como ferramentas que o ajudem na desenvoltura de seu serviço, de sua meta. Com esse auxílio é mais fácil se produzir, o trabalho se torna mais rápido e mais aperfeiçoado. Quanto mais evoluídas forem essas ferramentas de trabalho, mais perfeita e eficiente e eficaz também ele se torna.

O trabalho tem o intuito de modificar, produzir, formar e dar lucro obviamente. Com o passar dos anos o trabalho passou por vários processos evolutivos como a maioria das coisas, a vida do trabalhador conseqüentemente se tornou mais fácil por causa do suporte que a invenção das máquinas e os equipamentos trouxeram. Para

os capitalistas essas transformações foi totalmente bem vista e aproveitada, pois com elas os seus lucros aumentaram.

Como tudo na vida as tecnologias possuem benefícios e malefícios, depende como será usada. Para os trabalhadores as invenções funcionam como grande auxílio, é preciso gastar menos força de trabalho, pois elas desempenham a maior parte do trabalho, só que ao mesmo tempo o trabalho aumenta porque é exigido um número maior de produção, é preciso usar uma força maior da mente, porque os aparelhos tecnológicos exigem um esforço porque são mais complicados para se operar, por esse motivo se necessita de uma maior atenção.

Fora da indústria extrativa, exploração de minas, caça, pesca, etc., em que a natureza só provê o objeto de trabalho, nos demais ramos da indústria entram matérias-primas, isto é, objetos em que se efetuou um trabalho. O produto de um trabalho chega assim a ser meio de produção de outro, como ressalta (MARX, 2012).

Um só produto pode ser utilizado em diversas maneiras e pode servir como vários meios de trabalho, ou seja, de certo produto pode se originar outras mercadorias. Os produtos têm que ter utilidade, tem que servir como bem de uso e consumo, por isso possuem valor.

É através da transformação que o produto fica pronto e pode ser levado ao consumidor, mas na sua fabricação são usados outros produtos como a mão de obra humana e de máquinas. O homem trabalha e produz com a finalidade de suprir o consumo e a necessidade do ser humano, como o de se alimentar, se vestir, de ter abrigo etc.

Desde muito tempo, atrás as pessoas chegaram a uma conclusão, que é preciso guardar, acumular tudo o que é útil, principalmente alimento e tudo que têm valor. Pois se acumulassem poderiam se resguardar da falta dos mesmos no futuro. E assim o ser humano aprendeu a acumular alimento, objetos de utilidade e peças de valor. Antes as pessoas guardavam só o necessário para viver, hoje esse desejo mudou a vontade de acumular superou os limites ela vai além da necessidade. O sentimento de sempre querer mais foi crescendo e transformando a vontade do humano e desde então ela só foi crescendo.

Com a evolução das coisas e dos seres humanos o homem passou a ser ganancioso e egoísta, querendo sempre ter mais do que tinha, assim ele buscava sempre obter vantagens. Em tudo as pessoas buscavam ter lucro principalmente na venda de mercadorias e na compra da força de trabalho dos trabalhadores.

O capitalista em vantagem compra no mercado escolhendo o de boa qualidade e pagando-o pelo seu justo preço, o necessário para a realização do trabalho – meio de produção e força de trabalho (MARX, 2012).

Os empregadores em seu direito cobram e vistoriam o trabalho dos seus operários para que nada de errado ocorra e para se certificar que tudo está sendo feito do modo correto para que não haja danos nem na fabricação dos produtos nem nos instrumentos usados dessa fabricação.

A partir do momento que o trabalhador vende a sua força para o capitalista ele se torna seu servo, tendo que fazer tudo que ele lhe falar, mas em troca dessa subordinação e prestação de serviço o trabalhador recebe em troca o salário que foi combinado no ato da compra de sua mão de obra.

O produto, propriedade do capitalismo, é um valor de uso, como tecido, botas, etc. Porém, o capitalista só fabrica com intuito de atingir um objetivo alcançar o lucro. Sendo que esse produto supra o valor gasto com as mercadorias empregadas em produzi-lo, isto é, o valor dos meios de produção e da força de trabalho, em cuja compra investiu o seu dinheiro (MARX, 2012).

Todo produto possui seu valor, mesmo porque para ser produzido ele apresentou certo custo. Então, para se determinar o preço do produto são levados em conta os valores já gastos na sua fabricação ou transformação. Quanto mais se gasta para deixa-lo acabado para ser vendido ao consumidor, mais caro é o seu preço de venda.

Para Marx (2012), o valor da mercadoria é feito de acordo com seus gastos de produção, como: o valor das matérias-primas utilizadas, pelo tempo gasto para ficar pronta, se acaso é preciso de instrumentos para auxiliar no trabalho e se há necessidade de manutenção de algum equipamento, tudo é levado em consideração, dessa forma são então analisados os custos da fabricação da mercadoria e também é acrescentado um valor a mais que é o lucro que o capitalista vai ganhar em cima do produto final.

É do dinheiro da venda ou troca das mercadorias que o capitalista irá comprar novos materiais para produção de novas mercadorias, é desse valor que ele irá pagar os funcionários e tirar o seu lucro. Então o valor das mercadorias tem que cobrir as compras e as despesas para dar rentabilidade e o negócio não ir à falência.

No valor de venda do produto final também está embutido à força do trabalho do operário, mas o capitalista por sua esperteza não paga para o trabalhador o valor

justo por seu trabalho, ou seja, ele é explorado. Dessa forma é gerada a exploração da mais-valia, e o trabalhador se sujeita a essa situação por precisar do pagamento para suprir suas necessidades.

Entre o valor da força de trabalho e o valor que pode criar há diferença. “Na sua venda, a força de trabalho realiza o seu valor determinado por seus gastos de sustento cotidiano; no seu uso pode produzir em um dia mais valor do que custou. Ao comprar a força de trabalho o capitalista teve precisamente em conta essa diferença de valor” (MARX, 2012, p.89).

A força de trabalho a cada dia se é mais explorada pelos capitalistas, pois o valor pago por ela é diferente do que pode criar. O capitalista na compra dessa força determina o quanto ela vale. Mas eles sabem que ela cria muito mais valor do que ele pagou por ela, ou seja, o valor pago ao trabalhador não é justo, pois o capitalista quer lucrar em tudo que compra e que vende, principalmente na mão de obra trabalhista.

Portanto o capitalista pagou o valor diário da força de trabalho, de forma com que assim o uso lhe pertence por todo um dia, durante uma jornada inteira. A verdade é que o valor pago ao trabalhador pela sua força distendida foi o equivalente a meio dia de trabalho, sendo que o mesmo trabalha o dia inteiro, isto é, ele ganha só a metade do que trabalha a outra metade fica para o comprador dessa força de trabalho (MARX, 2012).

Então a conclusão é que o valor que a força de trabalho pode criar é maior do que realmente vale, ou seja, do que os capitalistas pagam por ela. “O capitalista compra, no mercado, cada mercadoria pelo seu justo valor (matéria-prima, ferramentas, força de trabalho), e logo faz o mesmo que qualquer outro comprador: consome o seu valor de uso” (MARX, 2012, p.90).

A força de trabalho é o meio de produção de valor e por ela que se calcula também o preço do produto de venda. A análise é feita de acordo com o tempo que se leva para produzir cada mercadoria, assim de fato é determinado o seu valor comercial.

Os capitalistas visam a grande produção e a exploração, ou seja, quanto mais tempo o empregado trabalha mais produz, então mais mercadorias se tem mais se vende e mais se lucra. Os patrões não pensam nos seus empregados e sim no lucro que eles trazem. O empregador sempre almeja crescimento, expansão, mais produção, mais vendas e enfim obter mais capital, e para chegar a esse ponto ele faz

com que o trabalhador trabalhe mais que o necessário, trabalhe em excesso para produzir mais e mais.

De fato, o capital constante pode ser designado como o capital que é investido em meios de produção e que não muda o seu valor no ato de sua transformação (MARX, 2012).

O capital variável, como o próprio nome diz, varia, produz alteração, ou seja, o capital investido em mão de obra muda o seu valor em uma nova produção e pelo próprio fato dessa produção. Ele supre o seu próprio valor e mais do que ele, produz mais valor do que vale (MARX, 2012, p.94). Temos assim, um capital que necessita de força de trabalho para a produção de mercadorias para a venda resultando em lucro. Nesse segmento, pode se observar que é o capital que faz com que haja um giro de transformação, ou seja, através do dinheiro os capitalistas compram os materiais, ferramentas e a força de trabalho para produzir mercadorias para serem vendidas e dar lucro ao mesmo e pagar os seus funcionários, só que esses trabalham para pagar os seus próprios salários e ainda dão lucro aos seus patrões. Para se produzir é preciso do homem e de sua força, pois sem ele não há transformação.

A necessidade que o homem tem é que o faz trabalhar, e é através da sua força e inteligência que ele consegue suprir essas necessidades, ou seja, ele trabalha para conseguir seu sustento. O homem pode trabalhar para si próprio se tiver os meios de produção ou vender a sua força de trabalho para os capitalistas. Através dessa venda ele receberá uma gratificação, um recebimento que é denominado como salário, que é pago mensalmente pelo comprador dessa força.

Com a evolução de todas as coisas ao passar dos anos tudo foi se modificando até mesmo a forma de se trocar mercadorias. A troca antes era feita de uma mercadoria para outra, mas com as invenções e criações feitas pelo próprio homem depois com o surgimento da moeda ao em vez de se trocar mercadoria por outra mercadoria, passou a se trocar moedas por mercadorias e também pela força de trabalho do trabalhador. Assim era mais fácil se acumular dinheiro do que mercadorias, então as pessoas juntavam moedas para comprar produtos como: alimentos, vestimentas, ferramentas, sapatos, etc. Então a comercialização passou a ser assim na base de troca de dinheiro por produtos.

Os trabalhadores, que trabalhavam tanto na cidade como na zona rural, também recebiam moedas em troca de seus serviços prestados. O valor pago era estipulado pelo patrão e por sua vez os trabalhadores aceitavam ou o negócio não era

fechado. Mas para os trabalhadores que precisam de dinheiro para suprir suas necessidades não tinha jeito se não aceitar, mesmo a oferta de pagamento sendo baixa e não condizendo com o valor justo a ser recebido pelos serviços prestados pelos mesmos. A taxa de mais-valia assim é, por consequência, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do trabalhador pelo capitalista; porém, não se deve confundir o grau de exploração com a magnitude absoluta dessa (MARX, 2012, p.96). Essa exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores é chamada por Karl Marx de mais-valia. Como na matemática a mais-valia também possui taxa de porcentagem, ou seja, é o valor em por cento que o trabalhador é explorado. Para se conseguir obter o valor da porcentagem da taxa de mais-valia é só dividir o lucro pelo capital variável e multiplicar por cem, assim o resultado final será o valor da porcentagem da taxa da mais-valia (MARX, 2012).

Suponhamos que o trabalho necessário é igual a cinco horas, e que o trabalho extraordinário é também igual a cinco horas. Então o grau de exploração, expresso pela relação de cinco para cinco é de cem por cento, e a amplitude total da exploração é de cinco horas (MARX, 2012, p.96). Os empregadores ganham o seu lucro sobre as horas extras feitas pelos trabalhadores e não pagas, ou seja, o trabalhador trabalha por mais tempo e não ganha por isso.

Os capitalistas visam aumentar o seu capital e para isso sugam da mercadoria comprada e principalmente da força de trabalho vendida pelo trabalhador, sendo esta explorada ao máximo. O trabalho humano é visto pelos donos do capital como investimento que têm que dar resultado positivo (MARX, 2012).

Desde muito tempo os trabalhadores lutam em busca de seus direitos, da redução da jornada de trabalho, mas mesmo com todas as mudanças os capitalistas não desistem de explorar e nada os impendem disso. O mundo é desigual, os ricos cada vez se tornam mais ricos e os pobres mais pobres. Os capitalistas utilizam a exploração da mais-valia e enriquecem sobre o trabalho de seus operários que por sua vez trabalham muito e recebem pouco. Os trabalhadores para seus patrões precisam produzir cada vez mais, ou seja, o dobro ou até o triplo, e recebem só uma pequena parte desse trabalho.

A jornada de trabalho é determinada por 24 horas, um dia inteiro, deduzindo as horas de descanso, sem as quais a força de trabalho estaria na impossibilidade absoluta de voltar ao labor (MARX, 2012, p.105). O sistema de trabalho noturno traz maior lucro ao capitalista porquanto que se presta a uma escandalosa exploração do

trabalhador além de ter uma influência perniciosa sobre a saúde, porém o capitalista obtém vantagem, que para ele é a única coisa importante (MARX, 2012, p.105).

Muitas empresas e fábricas funcionam em dois períodos de dia e de noite, assim precisam de funcionários que trabalhem os dois turnos, então são feitas divisões de horários, alguns trabalham no período noturno outros no diurno. Essas empresas que funcionam os dois períodos tem o intuito de produzir muito sem parar, algumas até funcionam todos os dias, até no final de semana, podendo assim produzir grandes quantidades e lucrar ainda mais.

A visão do mundo capitalista está em torno do dinheiro que se têm, do capital acumulado, do poder que ele traz. Então buscam todas as maneiras para investi-lo e ter retorno, tirando vantagem dos mais fracos, dos mais pobres e assim por diante, eles querem a parte deles que lhe são de direito e ainda tomam uma parte que é dos trabalhadores, os deixando com um salário ínfimo, que geralmente não supre suas necessidades e as de sua família. O capital faz com que o ser humano seja ganancioso, despertando a desumanidade.

3.3 A MAIS-VALIA RELATIVA

Com a mais-valia relativa o tempo de trabalho diminui, o salário do trabalhador diminui, a produtividade e o lucro dos capitalistas aumentam. Ou seja, o trabalho necessário era fixo e o extraordinário era variável (MARX, 2012).

O tempo trabalhado passa a ser menos que antes, então pode se concluir que o trabalhador deverá trabalhar muito mais, para produzir o que produzia antes, só que agora em menos tempo que anteriormente. Se antes o trabalhador gastava determinado tempo para produzir uma mercadoria agora esse tempo será reduzido e ele terá que se esforçar mais para acabá-la em menos tempo. Neste caso a exploração do capitalista sobre seus funcionários continua e vai além, faz com que ele trabalhe mais em menos tempo e ganhe menos ainda, assim o empregador poderá ganhar mais e acumular mais dinheiro do antes. A parte de trabalho necessário é o tempo que o trabalhador produz para pagar seu salário e dar lucro ao seu patrão, é o suficiente para lhe dar esse retorno. Ou seja, ele estende uma força e produz o necessário para ter lucro.

Já o trabalho extraordinário é a parte trabalhada para dar mais lucro aos capitalistas, ou seja, é o trabalho extremo, em excesso, é a exploração da mais-valia.

No pensar dos capitalistas o trabalho necessário não dá o retorno suficiente, que eles almejam, então usam o trabalho extraordinário para terem um resultado melhor. Por exemplo, se as horas trabalhadas por dia de cada assalariado são de 8 horas, e quatro são para pagar o funcionário e quatro para dar lucro ao patrão.

Na mais-valia absoluta se busca aumentar essa jornada para o capitalista ter ainda mais lucro, ao em vez de ser 8 horas trabalhadas ela se prolongava para 10 horas, sendo que essas horas prolongadas o patrão não as paga para o funcionário, isso então é a exploração da mais-valia. Essas horas que excedem são chamadas de horas extras, então se o patrão não as paga ele as lucra certo, ficando em vantagem sobre o seu funcionário que produz, produz e não recebe o valor correto pela sua produção.

Na mais-valia relativa aconteceria o seguinte: Conservando o mesmo raciocínio de 8 horas trabalhadas por dia, só que neste caso o capitalista diminui o trabalho necessário e aumenta o extraordinário, ou seja, o trabalho necessário vai reduzir, se era quatro horas para produzir o necessário agora diminui para três ou duas horas, assim conseqüentemente diminuirá o salário também do empregado, desse modo o capitalista ganha 5 ou 6 horas de trabalho de seu operário, lucrando então mais do que antes. O trabalhador, desse modo, passa a trabalhar mais para o patrão e recebe menos ainda por seu trabalho.

Denominamos *mais-valia absoluta* o lucro produzido pela simples prolongação da jornada de trabalho e *mais-valia relativa* o lucro que provém, ao contrário, da diminuição do tempo de trabalho necessário e da troca, que é a sua consequência, na duração relativa das duas partes de que se compõe a jornada: trabalho necessário e trabalho extraordinário (MARX, 2012, p.113).

Todos os dois modos são considerados como exploração, a jornada de trabalho aumenta e não se recebe o justo por ela é mais-valia, se a o trabalho necessário diminui e o extraordinário aumenta, também é considerado como mais-valia, pois todas as maneiras que o capitalista tirar proveito de seu emprego, ou seja, explora-lo e não o pagar o valor justo é mais-valia.

O tempo de trabalho necessário poderia ser e é, na prática, reduzido por uma diminuição do salário, que chega a ser inferior ao valor da força de trabalho. Porém, aqui admitimos que a força de trabalho se compra e se vende no seu justo valor; neste caso, o tempo consagrado a reproduzir o dito valor só pode diminuir quando este valor diminua (MARX, 2012, p.112).

A mais-valia relativa então faz com que a jornada de trabalho reduza, assim o trabalhador passa a trabalhar menos do que antes, mas também passa receber menos e têm que produzir mais em menos tempo. O capitalista passa a ganhar mais horas da força de trabalho que são transformadas em trabalho, mercadoria que no fim resultam em dinheiro (MARX, 2012).

Dessa maneira a mais-valia relativa faz com que os trabalhadores busquem mais forças dentro do seu próprio ser e assim conseguir entregar o mesmo tanto de mercadorias acabadas ou até mais do que antes. Então o trabalhador passa a trabalhar no seu máximo, no extremo, e o pior ficam cada vez mais desmotivados, por trabalharem muito, só que agora em um tempo reduzido e ganharem pouco pelos seus serviços, dessa forma o que ganhavam dava somente para sustento nunca para investir, assim a vida para eles sempre era a mesma trabalhar, ganhar pouco e enriquecer seu patrão.

Com o surgimento das fábricas e indústrias as coisas foram crescendo, tudo foi ampliando, precisava se de espaço para produzir, para abrigar os funcionários, os produtos, os maquinários, etc. Passou a se contratar mais funcionários, porque as tarefas passaram a ser divididas, ou seja, houve um processo de divisão de trabalho, em que o produto passa a ser feito por etapas até chegar a mercadoria acabada.

Então passou a ser desempenhada uma força maior e criado então a cooperação, a força coletiva, em que vários trabalhadores trabalham em conjunto, um auxiliando o outro para finalizar a produção. Então ao em vez de ser produzida só por um operário passa a ser produzida por vários dele até ser finalizada e vendida.

Na força coletiva de trabalho um só capitalista explora vários trabalhadores ao mesmo tempo, ou seja, compra várias forças de trabalho no em um mesmo período e os fazem trabalhar em uma empresa na produção da mesma mercadoria, é aqui que começa o início de partida histórico da produção capitalista (MARX, 2012).

A partir de então a roda começa a girar, o trabalhador começou a trabalhar com auxílio de máquinas, mas mesmo assim seu trabalho não diminui e sim aumento, a produção aumentou muito mais e o capitalista passou a dobrar o seu lucro, mas as despesas do empregador também aumentaram porque para se produzir mais, é preciso se contratar mais mão de obra, comprar mais equipamentos, mais matérias-primas e materiais para a produção, alugar ou comprar um espaço maior para se produzir, tudo aumentou menos o salário dos trabalhadores.

Quando vários trabalhadores trabalhem juntos em prol do mesmo objetivo, ou seja, quando há uma reunião de forças de trabalho, o trabalho se transforma de fato em forma cooperativa, em que um coopera para como outro para terminar um determinado produto (MARX, 2012).

Como o trabalho passou a ser feito por etapas cada um trabalhador então tinha uma função determinada, dessa maneira o serviço se tornou repetitivo, um funcionário fazia o mesmo movimento o dia todo e esse exercício em constante fazia com que o trabalhador ficasse fadigado e cansado, pois o exercício contínuo além de cansar o corpo também cansa a mente do operário e isso fez com o rendimento do mesmo diminuiu-se.

Com a Revolução Industrial e o surgimento das máquinas e das fontes de energia as fábricas alavancaram sua potência, aumentando muito a sua qualidade e produtividade. Os trabalhadores passaram então a manusear estas invenções que faziam com que o produto tivesse mais perfeição e agilidade. Esse processo de transformação fez com os capitalistas ganhassem mais dinheiro ainda do que antes, então o mundo através dessas mudanças evoluiu junto com estas invenções. Assim as máquinas foram ocupando o lugar da mão de obra humana, ou seja, ela traz diversos benefícios além de sua extrema rapidez de produzir. Mas ainda essas invenções não ocuparam totalmente o lugar do trabalhador, pois para que elas funcionem é preciso de comandos que são feitos pelo homem.

Daí em diante começaram a surgir o aumento dos índices do desemprego, porque as máquinas e os equipamentos substituíram a força de trabalho humano, então vários trabalhadores foram demitidos.

Mas mesmo com a introdução dessas tecnologias, o trabalho dos funcionários não diminuiu e sim aumentou. Os capitalistas não permitiram que isso ocorresse.

Então a máquina cria novas condições, que permitem ao capital soltar o freio à sua tendência constante de prolongar a jornada de trabalho, e novos motivos que aumentam ainda mais a sua sede de trabalho alheio (MARX, 2012, p.136).

O capital não é somente, como disse Adam Smith, a faculdade de dispor do trabalho de outro, mas também é principalmente a faculdade de dispor de um trabalho não pago (MARX, 2012, p.161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta monografia, foi possível entender melhor o tema escolhido e fazer considerações acerca das questões-problema e objetivos estabelecidos neste trabalho.

Nesta longa caminhada para o capitalismo, o capital sempre foi a parte principal. Durante todas as fases, quem possuía riquezas tinha o poder e o domínio em suas mãos. A busca constante por dinheiro e/ou metais preciosos, as lutas das classes sociais, a exploração dos trabalhadores pela nobreza e a concorrência dos países, em razão da comercialização sempre estiveram em função de um capital almejado.

As fontes de riquezas dos capitalistas provinham da busca de metais preciosos, do comércio de mercadorias e principalmente da exploração da mais-valia pela sociedade nobre até uma atualidade as máquinas substituíram o trabalho e a inteligência humana.

Assim, foi possível constatar que no mundo capitalista os donos do capital dominam e são considerados como líderes, exercendo o seu poder para tirar vantagens sobre os demais, principalmente sobre as classes baixas. Definindo objetivos e critérios para multiplicar as riquezas que ora possuem. Nos componentes desses investimentos, estão os trabalhadores que são a fonte mais rentável de lucro dos capitalistas, até mesmo porque são submissos aos que compram sua força de trabalho.

Para os trabalhadores o capital é um meio de subsistência, pois ganham muito pouco não dando nem mesmo para ter regalias ou até mesmo investir, já para os capitalistas que possuem muito dinheiro acumulado, além de proporcionar saciedade das suas necessidades ele também traz privilégios. O capital desde que surgiu é considerado como símbolo de valor.

Mas com todas as mudanças e evoluções o homem não conseguiu administrar e planejar de uma maneira ampla e correta todas as suas negociações, projetos, investimentos e dívidas em geral. A cada decisão errada que era tomada sobrevinha uma consequência sobre toda a sociedade e uma dessas foi a crise e o desemprego que atingiu diversos países.

O tempo se passava, problemas surgiam e alguns eram resolvidos e assim tudo se resumia, mas a economia sempre estava em estado de alterações constantes.

Mas as crises nunca deixaram definitivamente de existir, pois assim que se findava uma outra surgia outra e assim sucessivamente. Ou seja, uma coisa leva a outra, os fatores que a ocasionam a crise são diversos, muitos são ligados a economia, a política e assim por diante.

Com essa onda de crise, a taxa de desemprego elevou e assim vários trabalhadores foram demitidos de seus empregos e dessa forma o desespero tomou conta da situação, pois muitas pessoas chegaram até a passar fome. Com essas circunstâncias o trabalho passou a ser mais explorado do que antes, então os capitalistas começaram a usar em seu favor a mais-valia, ou seja, com o aumento dos índices de desemprego os trabalhadores eram sujeitados a aceitar qualquer trabalho e qualquer salário para sobreviver e dessa forma os capitalistas aproveitavam e lucravam sobre o trabalho em excesso dos trabalhadores.

E com o surgimento das fábricas e máquinas o desemprego aumentou mais ainda porque as tecnologias substituíram o trabalho humano, então a situação para os trabalhadores piorou, quem tinha emprego tinha que trabalhar em excesso e receber pouco por seu trabalho.

Assim, a necessidade do trabalhador passou a cada vez ser maior, até mesmo porque os preços das coisas aumentaram, principalmente o preço dos alimentos.

Com a globalização os capitalistas passaram a investir em maquinários, a expandir suas empresas, bem como a contratar mão de obra especializada e também a explorá-la, ou seja, passaram primeiramente a utilizar ao seu favor a mais-valia absoluta, que prevê o aumento da jornada de trabalho do assalariado. Logo depois, mudaram para a mais-valia relativa, que visa a diminuição do tempo de trabalho necessário, conseqüentemente diminuí o salário dos funcionários, para tanto, aumenta o lucro dos capitalistas.

Sobre todo exposto, ainda é necessário destacar que a necessidade do trabalhador é bem maior, pois se não supridas o ser humano adoecerá ou até mesmo morrerá, porque ninguém sobrevive sem alimento e sem água, o ser necessita de moradia para se proteger, precisa de vestimentas para se cobrir e se aquecer, então se o trabalhador não trabalhar, ele não vai ter dinheiro para custear suas necessidades, e sem isso como ele conseguirá viver.

Por fim, assim é a vida, infelizmente o ser humano raramente se preocupa com a necessidade do outro, o que possui muito capital só quer explorar da classe menos favorecida, que com seu pouco salário custa comprar o alimento para si próprio e a sua família. A desigualdade é tão grande no mundo que muitos pobres vivem na miséria mesmo trabalhando, enquanto muitos ricos acumulam seus capitais, não deixando de desejar capitais ainda maiores tendo a mais-valia a seu favor.

O trabalho ora apresentado não pretende esgotar o tema aqui debatido, haja vista que o mesmo é complexo, controvertido e acima de tudo atualizado sempre.

REFERÊNCIAS

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo, 1987.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 20. ed. – Ijuí, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **Capitalismo**. São Paulo, 2014.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

KRUGMAN, Paul R. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LACERDA, Antônio Corrêa, *et al.* **Economia Brasileira**. 2. Ed. – São Paulo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. EDIPRO, 3. ed. 1ª reimp., São Paulo, 2012.

PRATES, Daniela Magalhães, *et al.* **Crise financeira global**. Brasília, Ipea, 2011.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT; Ronald. **Economia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.